

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

FÁBIO BRATIFICH ROCHA

**TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS: NARRATIVAS SOBRE AS
VIOLÊNCIAS DE GÊNERO**

Florianópolis

2019

FÁBIO BRATIFICH ROCHA

**TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS: NARRATIVAS SOBRE AS
VIOLÊNCIAS DE GÊNERO**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Luciana Patrícia Zucco

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rocha, Fábio Bratifich

Travestis e mulheres transexuais : narrativas sobre as
violências de gênero / Fábio Bratifich Rocha ;
orientadora, Luciana Patrícia Zucco, 2019.

68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Violências de gênero. 3. Travestis
e mulheres transexuais. 4. Preconceito. 5. Exclusão. I.
Zucco, Luciana Patrícia. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

FÁBIO BRATIFICH ROCHA

**TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS: narrativas sobre as violências
de gênero**

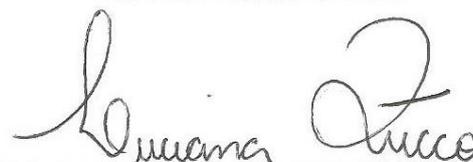
Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do
Título de "Bacharel em Serviço Social" e aprovado em sua forma final pelo
Curso de Serviço Social

Florianópolis, 11 de dezembro de 2019.

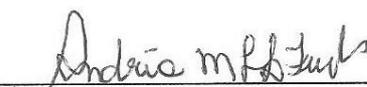

Prof. Dr. Jaime Hillesheim
Chefe do Departamento de Serviço Social
CSE/UFSC
SIAPE - 1459083

Prof.^a. Dilceane Carraro, Dr.^a.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:



Prof.^a. Luciana Patrícia Zucco, Dr.^a.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a. Dr.^a. Andréa Marcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a Ms. Maria Zanela
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho, primeiramente, às interlocutoras da pesquisa, que se dispuseram a participar e colaborar com suas narrativas. À memória de todas as travestis e transexuais que tiveram suas vidas interrompidas precocemente pelo preconceito e discriminação. À todas que (sobre)vivem e resistem no país que mais mata travestis e transexuais do mundo, e à todas bichas afeminadas que são hostilizadas por serem quem são.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que sempre me apoiou nas minhas escolhas e decisões, sobretudo, a minha mãe, Vera Lúcia Bratifich Rocha, que, desde cedo, me incentivou a estudar e me deu meu primeiro livro. Ao meu pai, José de Almeida de Castro Rocha, pelas tardes me ajudando nas tarefas de casa. Agradeço aos meus velhos e bons amigos de São Paulo, que mesmo distantes fisicamente, torcem pelo meu sucesso. Aos poucos, mas essenciais, amigos que fiz em Florianópolis que, indiretamente, me ajudaram a chegar até aqui. À natureza e às Deusas e Deuses que acredito. À minha orientadora, Prof^a Dr^a Luciana Patrícia Zucco, que acreditou no meu potencial e me incentivou em todos os momentos deste trajeto. À assistente social Salete Teresinha Pompermaier que foi, durante quase dois anos, minha supervisora de campo, por todo aprendizado e parceria dentro e fora da instituição. À Prof^a Dr^a Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs, que acompanhou boa parte da minha trajetória acadêmica, sobretudo, estando presente num dos momentos de grande aprendizagem, tendo sido minha orientadora no processo de supervisão de estágio.

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agencia: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao contato e à violência. O corpo também pode ser a agência e o instrumento de tudo isto, ou o lugar do “fazer” e do “ser feito” se tornam equívocos. Ainda que lutemos pelos direitos sobre nossos próprios corpos, os mesmos corpos pelos quais lutamos não são nunca totalmente nossos. O corpo tem invariavelmente uma dimensão pública; constituído como fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Desde o princípio é dado ao mundo dos outros (Judith BUTLER, 2006, pp. 40-41)

RESUMO

A presente pesquisa tem como foco analisar as narrativas de violências feitas pela população T feminina (mulheres transexuais e travestis), que superou a expectativa de vida que é, atualmente, de 35 anos no Brasil. Para tanto, duas mulheres transexuais e uma travesti residentes em Florianópolis, com idade superior a 35 anos e que se denominavam mulheres transexuais ou travesti, foram entrevistadas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e discute a construção das identidades de gênero das entrevistadas e sua relação com as violências de gênero nos diferentes momentos de suas vidas, abarcando a infância, período escolar, família, relacionamentos afetivos e inclusão (ou não) no mercado formal de trabalho. O preconceito e a discriminação são realidades que a população T feminina tende a enfrentar desde cedo e em diversos âmbitos sociais. A difícil aceitação da família, somada ao grande número de evasão escolar, acabam vulnerabilizando, ainda mais e desde cedo, a vida destas sujeitas. Como consequência, são excluídas de diversos espaços sociais, sobretudo, do mercado formal de trabalho, e grande parte desta população, assim como as entrevistadas, recorreu à prostituição ou a outras profissões subalternas para sobreviver. Todas as entrevistadas viveram diferentes tipos de violência no seu percurso de vida, com destaque às violências familiar, doméstica, escolar, física e psicológica. A pesquisa trata de narrativas de sobreviventes, no país que mais mata transexuais e travestis do mundo. Elas, por mais que tenham superado a expectativa de vida, ainda convivem com a discriminação e violência no seu cotidiano e com a necessidade de autoafirmação de sua identificação de gênero, como posicionamento político em busca do respeito da sociedade.

Palavras-chave: Violências de Gênero. Travestis. Mulheres Transexuais. Preconceito. Exclusão.

ABSTRACT

The current study focuses on analyzing narratives of violence done by the female T population (transgender and transvestite women), which exceeded their life expectancy that is currently 35 years in Brazil. For this purpose, two transgender women and one transvestite living in Florianópolis, aged over 35 years, and who declared themselves transsexual or transvestite women, were interviewed. A qualitative research was conducted through semi-structured interviews and discusses gender identities construction of the interviewees and its relation with gender violence at different stages in their lives, including childhood, school age, family, affective relationships and inclusion (or not) in the formal labor market. Prejudice and discrimination are realities that female T population tends to face early and in various social spheres. The difficult family acceptance, coupled with the large number of school dropouts, end up making these subjects life even more vulnerable from an early age. As a result, they are excluded from multiple social spaces, especially the formal labor market. A large part of this population, like those interviewed, resorted to prostitution or other submissive professions to survive. All interviewees experienced different types of violence in their course, especially family, domestic, school, physical and psychological violence. This study deals with narratives of survivors, in the country that kills the most transgenders and transvestites in the world. Although they have exceeded life expectancy, they still live with discrimination and violence in their daily lives and with need for self-affirmation of their gender identification, as a political position in seek of respect from society.

Keywords: Gender Violence. Transvestites. Transsexual Women. Prejudice. Exclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADEH – Associação em Defesa aos Direitos Humanos;
- AIDS/HIV – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida;
- ANTRA - – Associação Nacional das Travestis e Transexuais;
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social;
- CNDC/LGBT – Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- IBGE – Instituto Brasileiro Geral de Estatística;
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e transexuais;
- SCIELO – Scientific Electronic Library Online;
- TLGB – Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais;
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	METODOLOGIA.....	18
3	ASPECTOS CONCEITUAIS: DEBATE DE GÊNERO, TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE	24
4	UMA APROXIMAÇÃO ÀS “VOZES” DAS ENTREVISTADAS: PERFIL DAS ENTREVISTADAS	31
4.1	O CORPO E SUAS ADEQUAÇÕES.....	36
5	VIOLÊNCIAS E EXCLUSÃO: QUANDO É PRECISO ESTAR PREPARADA TODOS OS DIAS.....	39
5.1	CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA	39
5.2	“NÃO EXISTE A ÚLTIMA VIOLÊNCIA, É O TEMPO INTEIRO”: NARRATIVAS DE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO DAS ENTREVISTADAS	42
5.3	EXCLUSÃO E VIOLÊNCIAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	47
5.4	EXCLUSÃO E VIOLÊNCIAS NAS RELAÇÕES ESCOLARES	49
5.5	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E O ESTIGMA DA AIDS.....	53
6	“ÀS VEZES ME FAÇO DE LOUCA”: ESTRATÉGIAS PARA EVITAR A VIOLÊNCIA E PERSPECTIVAS DO FUTURO.....	57
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	62
	APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA 1	67

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho envolve dois temas centrais, um deles muito conhecido pela sociedade brasileira: a violência; o outro nem um pouco desconhecido, porém “invisibilizado” e estigmatizado: a população T feminina, ou seja, travestis e mulheres transexuais. Partindo do pressuposto que o ciclo natural da vida é nascer, crescer, envelhecer e morrer, é nítido um estranhamento da pouca produção sobre as trajetórias, experiências e expectativa de vida dessa população na literatura, sobretudo, no Serviço Social, área de estudo no qual está situada a presente pesquisa.

Com base nas leituras realizadas sobre a temática "mulheres transexuais" e "travestis" (Berenice BENTO, 2018¹; Sérgio CARRARA e Adriana VIANNA, 2006; Larissa PELÚCIO, 2009), foi possível identificar que a violência atravessa a vida dessas pessoas em todas as fases da vida, principalmente, daquelas que se identificam como travesti (Bruna BENEVIDES, 2018, p. 48). No portal SCIELO² não foram encontrados, até a presente data, trabalhos disponíveis para buscas utilizando os termos: “mulher AND transexual AND violência” ou “mulheres AND transexuais AND violências”, enquanto que substituindo as palavras “mulheres transexuais” por “travesti AND violência” e “travestis AND violência”, dez artigos foram encontrados.

Dados do Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, apontam que “de 115 assassinatos registrados no ano de 2017 pela instituição, entre os meses de janeiro e agosto, 5,21% foram de homens trans, 10,43% de mulheres trans e 84,34% foram de travestis” (BENEVIDES, 2018, p. 48). Os dados evidenciam, ainda, uma hierarquização social entre travestis e mulheres transexuais: “a adequação dos corpos às normas de gênero cria, segundo elas, maior probabilidade de conseguir outras formas de sobrevivência para além da prostituição, diminuindo riscos de ser assassinada” (BENEVIDES, 2018, p. 52).

¹ Antes do sobrenome dos/as autores/as em maiúsculas conforme versa a ABNT, optou-se por apresentar o primeiro nome antes. Foi uma escolha metodológica e política do autor deste trabalho, com o aval da orientadora. Quando se coloca apenas o sobrenome, leva-se a pensar que se trata de um autor homem. Para se diferenciar as autoras mulheres, de modo a valorizar e destacar as produções científicas realizadas por elas, o autor fez esta escolha, uma vez que o tema está relacionado a um viés feminista.

² SCIELO. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 15/10/2018.

Ademais, o mapa explicita o ranking dos assassinatos de transexuais e travestis por Estado, chegando à estimativa de que a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil. Outro dado importante na pesquisa diz respeito ao perfil das vítimas: 67,9% das vítimas tinham entre 16 e 29 anos; 23% tinham entre 30 e 39 anos, “nota-se que os índices mais altos de assassinatos da população Trans, está diretamente relacionado as questões etárias” (BENEVIDES, 2018, p. 17).

Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006, p. 234) abordam a violência letal contra travestis na cidade do Rio de Janeiro e destacam os casos de execução de travestis ou homossexuais, que denominaria afeminados: “outro dado que chama atenção é a idade relativamente precoce das vítimas, inferior a 35 anos”.

Tais informações nos levam a indagar sobre a expectativa de vida da população T feminina, uma vez que a violência letal a elas historicamente destinadas ocorre entre a adolescência e adulta jovem. Nos levam, igualmente, a constatar que tal tendência se distancia dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que informa que em 2016 a expectativa de vida dos brasileiros passou a ser de 75,8 anos. Apesar de não haver estudos sistemáticos das travestis e transexuais femininas, Antunes (2013 apud BENEVIDES, 2018, p. 16) afirma que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade.

Além do marcador etário, a ANTRA evidencia que maiores ataques à população T feminina estão relacionados às questões de classe e contexto social: “90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda (...), 70% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo”; de raça: “80% dos casos foram identificados como pessoas negras e pardas”; de gênero: “94% dos assassinatos foram contra pessoas do sexo feminino” (BENEVIDES, 2018, p.18-19).

É possível afirmar que apesar dos números assustadores relacionados à violência física, essa não é a única forma de violência que aterroriza a população T feminina. A violência está presente na indiferença policial em relação à apuração de crimes cometidos às travestis (Sérgio CARRARA; Adriana VIANNA, 2006), na negativa do Estado em prever legislações que criminalizem a LGBTfobia, na carência do Estado em promover discussões nos âmbito da educação como estratégia de prevenção de ódio às diferenças, na dificuldade de terem seus nomes sociais respeitados em todos os espaços sociais, ainda, que seja Lei em território nacional (CNDC/LGBT, 2010), e no constrangimento e impedimento de utilizarem banheiros públicos de acordo com sua identidade de gênero.

Infelizmente, quando falamos de Travestis e Transexuais, é sempre algo relacionado à violência. Todo dia as mesmas histórias, com personagens diferentes... E infelizmente é a vida real. Cada dia a realidade anda pior! E é exatamente por isso que resistiremos! (BENEVIDES, 2018, p. 9).

O autor da presente pesquisa relata que se identifica como não binário³, porém mesmo não se reconhecendo totalmente na identidade de homem gay, reconhece que tem muitos privilégios em relação à população T feminina. Aponta que teve contato e experiências empíricas de convívio com mulheres transexuais e travestis das ruas periféricas da zona leste da cidade de São Paulo mesmo antes da realização deste trabalho. Estigmas e vulnerabilidades são presentes no cotidiano desta população desde muito cedo, que é excluída de praticamente várias instituições sociais: família, escola, trabalho (BENEVIDES, 2018). A vida noturna, a rua, a violência, o medo, a agressividade e a invisibilidade por parte do Estado marcam suas histórias e me motivaram a estudar suas narrativas sobre as violências vividas.

Este trabalho aborda a experiência da população T feminina que superou a atual expectativa de vida, ou seja, de mulheres trans e travestis que tenham mais de 35 anos. O objetivo é analisar o binômio transexualidade feminina / travestilidade e violência, ampliando a compreensão das barreiras e dificuldades que essas mulheres sofrem no decorrer da vida e a luta por sobrevivência.

Somado a esse cenário, a escassa produção acadêmica no Serviço Social sobre a temática reafirma a importância de pesquisas que possam dar visibilidade, contribuir para pensar políticas sociais públicas e denunciar as atrocidades cometidas para com essa população. É previsto à profissão o "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (CFESS, 1993, p.23).

³ Termo refere-se à indivíduos que não se identificam com a binaridade de gênero, ou seja, não se identificam como homem, nem como mulher

2 METODOLOGIA

Com relação ao método utilizado, a pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, pois houve a intenção de projetar traços subjetivos e particulares da população T feminina entrevistada, não mensurados, uma vez que a realidade e as sujeitas são elementos indissociáveis. Esse método, segundo Antonio Chizzotti (2001), parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e sua realidade, recortada como objeto de estudo. Ademais, pressupõe uma imersão do pesquisador no contexto e nas circunstâncias que condicionam o problema, no caso, nas situações de violência de gênero vividas pela população T feminina, bem como uma partilha prática nas experiências e sentidos que os sujeitos atribuem aos objetos de estudo, para além do aparente ou da história contada.

Para compreendermos os sentidos da violência vivenciada pela população T feminina, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com duas mulheres transexuais e uma travesti. Seu objetivo foi coletar as narrativas sobre a temática abordada, uma vez que o conceito de narrativa em pesquisa qualitativa contribui na busca exaustiva e distinta da história não contada ou não ouvida:

É o fato de as narrativas estarem arraigadas no particular que lhes permite trazer para a pesquisa fenômenos que são novos, ignorados ou recalcitrantes devido a sua complexidade e opacidade. É essa particularidade arraigada que permite à pesquisa das narrativas tornar-se mais ou diferentemente transferível, construir heurísticas melhores (Corrine SQUIRE, 2014, p. 277).

A escolha de analisar como “narrativa” as entrevistas não se resumiu a uma decisão metodológica aleatória, pois, essencialmente, narrativas implicam na inclusão da excepcionalidade que em algumas histórias podem ajudar a apoiar argumentos, porque sugere a generalidade em todas as circunstâncias altamente idiossincráticas desses argumentos. Entretanto, é importante pontuar que algumas histórias identificadas da população T feminina entrevistada, igualmente, extravasaram o tema da pesquisa e evidenciaram elementos inteiramente próprios de suas histórias (Corrine SQUIRE, 2014).

Narrativas atuam, também, explicitamente como exceção, ou seja, para enfatizar fenômenos radicalmente distintos. Contudo, nesta pesquisa prevalece o

interesse de compartilhar narrativas que possam transmitir as singularidades das entrevistadas, não com o intuito de generalizá-las, mas de levar a pensar sobre as particularidades de histórias como características éticas e não somente representacionais (Corrine SQUARE, 2014).

Os dados, oriundos de entrevistas semiestruturadas, pautaram-se em informações relacionadas diretamente ao objeto da pesquisa. As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2019, em Florianópolis, sendo guiadas por um roteiro (vide Apêndice I), simultaneamente à fundamentação teórica do estudo. Para identificação das possíveis entrevistadas, foi aplicada a técnica da 'bola de neve'. Esta "utiliza-se de cadeias de referências: não determina a probabilidade de seleção de cada participante, entretanto, torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados" (Nelma BALDIN; Elzira MUNHOZ, 2011, p. 203). Sua execução, em suma, é construída a partir de um primeiro contato com uma informante-chave, denominado de *semente*, alguém que faz parte do perfil requerido pela pesquisa e que pode indicar, bem como localizar outros/as sujeitas com perfis semelhantes:

Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as *sementes* ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas *sementes* indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Nelma BALDIN e Elzira MUNHOZ, 2011, p 203).

A amostragem de bola de neve é utilizada, principalmente, para fins exploratórios e tem como um dos seus principais objetivos melhorar a apreensão sobre um tema. Por não se tratar de um método autônomo, em que a rede de contatos aumenta por si mesma a partir da indicação das sementes, Nelma Baldin e Elzira Munhoz chamam a atenção para a busca das entrevistadas, para que sejam asseguradas as características específicas do *corpus*, sendo essas verificadas a cada momento.

A técnica se apresentou eficaz, especialmente porque tais orientações asseguraram a identificação das possíveis sujeitas, considerando os seguintes

critérios de composição do *corpus*: mulher trans e/ou travesti que assim se autodenominavam; terem trinta e cinco anos ou mais; residirem em Florianópolis.

O recorte etário sugere um caminho percorrido com maiores chances de situações de violência, além de experiências acumuladas. A maturidade das entrevistadas agregou experiências de vida, particularmente, no que tange à autoproteção e desejo de sobrevivência, uma vez que acaba sendo comum entre as mulheres transexuais e travestis a morte precoce. Os hormônios em excesso; a injeção de silicone industrial; o contato com pessoas desconhecidas, principalmente pelas profissionais do sexo; a exposição ao álcool e drogas; a presença das infecções sexualmente transmissíveis; a transfobia vivida em todos os espaços públicos, fragilizam a segurança e proteção, bem como o processo de saúde da população T feminina.

Nesse sentido, a primeira informante-chave foi uma estudante do Serviço Social que conhecia uma travesti formada neste curso há algum tempo e a indicou. Ela foi encontrada por meio das redes sociais. Foi realizado o primeiro contato e a entrevistada respondeu rapidamente, demonstrando-se bastante interessada em participar da pesquisa.

Por meio da primeira entrevistada e utilizando a técnica da bola de neve, foi possível chegar na segunda entrevistada, novamente uma ex-estudante, formada no mesmo curso pela UFSC. Da mesma forma que a primeira, o contato foi feito pelas redes sociais, contudo, ela demonstrou desconfiança no primeiro momento, e contactou à orientadora desta pesquisa para ter certeza da veracidade da mesma, por “questão de segurança”, como expôs posteriormente. A terceira entrevistada foi indicada pela segunda entrevistada e, foi igualmente contatada por intermédio das redes sociais, mostrando-se prontamente interessada em participar da pesquisa.

Duas das entrevistas, a pedido das entrevistadas, foram realizadas na Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Esta é uma Organização Não-Governamental que atua no sentido da garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais (TLGB⁴) foi fundada

⁴ A sigla TLGB, comumente conhecida por LBGT, foi alterada para livremente pela Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), e é utilizada desta forma desde a data da sua fundação até hoje, para focar prioritariamente na população de travestis e transexuais. Para mais informações, confira o link: <https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/sobre/>

em 1993. Cabe mencionar que a ADEH é onde uma das participantes atua como assistente social. A outra entrevista foi realizada no Departamento de Serviço Social da UFSC, também a pedido da entrevistada.

As entrevistas tiveram duração média de quarenta cinco minutos e suas análises foram guiadas pela tentativa de acessar os sentidos da temática (BARDIN, 2009) presentes nos relatos da população T feminina, a partir do conjunto de experiências referentes à relação transexualidade/travestilidade e violência. Seus nomes foram substituídos pela letra T, por ordem de entrevista, conforme recomenda a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

A organização e análise dos dados explicitam a construção de suas identidades femininas, sobretudo, as possíveis dificuldades encontradas neste caminho, em diversos âmbitos de suas vidas; a interação com a família, amigos, pessoas próximas; as violências em seu mais diversos leque de possibilidades. Os resultados são apresentados segundo os temas e seus núcleos de sentido, sendo priorizados na análise aqueles que responderam diretamente o objeto de estudo, a saber: modificações corporais: expectativas e resultados; violência de gênero nos âmbitos: familiar, escolar, psicológico e profissional; expectativas do futuro.

As reflexões que seguem às falas transcritas das entrevistadas foram guiadas pelas leituras e pelas discussões apresentadas na primeira seção. Em todas as narrativas foi possível identificar como a morte esteve presente na vida das entrevistadas, particularmente em seu círculo de amizade com outras mulheres trans ou travestis; algumas tiveram suas vidas interrompidas precocemente por diversos motivos.

Ao apresentar os objetivos da pesquisa e informá-las, resumidamente, os principais tópicos dos assuntos a serem abordados, deu-se início à entrevista. Foram gravadas por meio de aplicativo de gravador de voz, no celular. Todas as entrevistadas autorizaram a gravação de voz, bem como mostraram-se de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Termo este que previa a desistência da participação, em qualquer momento e por qualquer motivo que elas tivessem.

É possível que o fato de elas terem decidido onde seria o local da entrevista propiciou uma segurança para ambas partes (entrevistador e entrevistadas) e, conseqüentemente, produziu uma harmonia e sintonia positiva na hora da entrevista, pois todas entrevistadas foram bem receptivas pessoalmente.

Ao transcorrer das entrevistas, as participantes mostraram-se serenas. Apesar do tema da entrevista remetê-las a lembranças de situações de violência, as reações foram mais tranquilas do que seria possível imaginar. As vozes mostravam um tom de certa indignação, mas, ao mesmo tempo, notava-se uma naturalidade, como se, de fato, a violência tivesse sido algo que aprenderam a conviver ao longo da vida.

O entrevistador buscou se manter atento às falas das participantes, tentando não as interromper. Sentiu-se bem recebido por todas elas e, devido o tema da pesquisa tratar de um assunto tão sério, pois trata da vida dessa população, demonstrou certa indignação às situações ali relatadas.

O pesquisador do presente trabalho destaca também a importância das redes sociais no encontro e no primeiro contato com as participantes. Uma das entrevistadas foi contatada pelo Instagram, rede social online de compartilhamento de fotos, vídeos e outros conteúdo. Após o primeiro contato, a pedido da própria entrevistada, a comunicação migrou para o aplicativo de mensagens instantâneas e de mensagens de voz popularmente conhecido no Brasil, o Whatsapp. Esse aplicativo possui um recurso que possibilita compartilhar um contato telefônico da agenda do aparelho celular com outro usuário. Com facilidade, as entrevistadas foram indicando outras possíveis participantes. Dessa forma, as redes sociais tiveram um papel significativo na busca e no primeiro contato com as entrevistadas

Contudo, o autor desse trabalho denota dificuldade em localizar a população T feminina que respondesse ao critério de inclusão no *corpus*, pois muitas das indicações feitas não tinham, a idade mínima de trinta e cinco anos definida no recorte. Ademais, outras possíveis informantes que foram contatadas não responderam. Ainda sobre a técnica bola de neve, tal método prevê que:

As dificuldades são encontradas no mais variados tipos de população, mas em especial nos três tipos que seguem: as que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área; os estigmatizados e reclusos; e os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador (Juliana VINUTO, 2014, p.204).

Nesse sentido, considero que a técnica bola de neve ampliou significativamente as possibilidades de realização da pesquisa, uma vez que as chances de se tornar inviável seriam grandes, pois a população especificada é, de

fato, estigmatizada e morta muito cedo pela sociedade e pelo Estado (Pedro ANTUNES, 2010).

Resumidamente, a técnica bola de neve apresentou-se como um processo de permanente coleta de informações, e como toda técnica metodológica, deve ser indicada para fins específicos de pesquisa. Foi de extrema importância para atingir a finalidade do estudo, explicitar seus objetivos a todas as participantes (*sementes* e entrevistadas), além de favorecer a condução das entrevistas, orientadas com respeito ao sigilo das participantes.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS: DEBATE DE GÊNERO, TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE

Para entender melhor como a discussão da transexualidade ganhou maior notoriedade nas pesquisas acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento, é importante considerarmos um marco-histórico no que diz respeito ao sentido do conceito de gênero. No final de 1940, Simone de Beauvoir publicou seu livro “Segundo sexo” e uma frase deste livro acabara ficando muito famosa: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Simone de Beauvoir, de certo modo, problematiza as construções sociais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade. Guacira Louro (2008, p. 17) sintetiza o questionamento da autora ao afirmar: “fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhe eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”.

O termo *identidade de gênero* começa a ser utilizado em 1960 por psicólogos americanos que abordam as questões de origem exclusivamente sociais e referentes às identidades subjetivas de homens e mulheres. O conceito de identidade de gênero abre um leque para os estudos da sexualidade, rompendo os limites da abordagem biométrica e essencialista, permitindo pensar além da anatomia e genitália do corpo, proporcionando “reflexão sobre como as identidades sexuais e de gênero são gestadas e sua relação com as normas comportamentais previstas para cada corpo sexuado.” (Aílton SANTOS, 2014, p. 80).

Na década de 1980, Joan Scott (1995) rompe com a concepção dual entre sexo e gênero, propondo-se a estudar o gênero como uma categoria útil para análise histórica. Para a autora, especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França, “gênero” passa a ser uma palavra extremamente útil, principalmente após a proliferação da discussão do sexo e da sexualidade: “O uso do ‘genero’, coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (Joan SCOTT, 1995, p.7). O conceito de gênero torna-se uma maneira de indicar as “construções sociais”, tornando-se um modo exclusivo de se referir às origens sociais de identidades subjetivas de homens e mulheres, distinguindo as práticas dos papéis atribuídos aos mesmos.

Joan SCOTT (1995) aponta, ainda, as ligações explícitas entre gênero e poder. Apesar da ênfase colocada sobre a identidade de gênero não ser explícita, constitui estruturas hierárquicas baseadas em compreensões generalizadas da relação entre masculino e feminino:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere a oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reinvidincar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (Joan SCOTT, 1989, p. 27).

A construção do gênero e da sexualidade se dá por meio de diversos aprendizados e vivências ao longo da vida. Esse aprendizado está presente em diversos espaços sociais (família, igreja, instituições legais e médicas...) e pode acontecer de maneira explícita ou subliminarmente, porém sempre contínua. A mídia está presente neste processo constitutivo, ditando regras através do consumo, de programas de TV e de publicidades:

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas (Guacira LOURO, 2008, p. 22-23).

Berenice Bento aponta a construção de gênero antes mesmo de uma existência humana, uma vez que a materialidade do corpo só adquire vida inteligível a partir da anunciação do sexo do feto: “antes de nascer o corpo já está inscrito num campo discursivo” (2008, p. 36). O momento mais esperado pela família que aguarda um bebê passa a ser o da revelação de qual genitália aquela criança irá ter: “a suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar à categoria humana.” (Berenice BENTO, 2008, p. 36).

As normas de gênero produzem no corpo-sexuado aquilo que devemos considerar “normal”. O sexo e os atos dos corpos sexuais fazem parte das normas que qualificam humanidade à matéria corpórea. Em todo corpo existe um investimento

discursivo, sendo a genitália a primeira amarra interventiva na construção de um corpo para um corpo-sexuado. Entender o corpo como resultado de um produto socialmente produzido, implica em naturalizar certos códigos, colocando às margens corpos que fogem do humanamente aceitável pela sociedade:

Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. (Berenice BENTO, 2008, p. 38).

Através de levantamento bibliográfico, com o uso das palavras-chave: transexualidade; mulher and transexual; mulher and trans, foi possível identificar que a discussão da transexualidade é relativamente recente e, em um primeiro momento, de interesse especialmente da medicina. No passado, alguns médicos realizaram pesquisas para tentar explicar o que é a transexualidade. Nas pesquisas mais antigas (Harry Benjamin, 1966), o “transexualismo”, termo utilizado naquele momento, remetia à uma patologia, ou seja, a um indivíduo doente, detentor de algum tipo de transtorno.

Segundo Berenice Bento (2008), em 1950, foram publicados os primeiros artigos que defenderam a especificidade do “fenômeno transexual”

A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo. A partir do século XX, precisamente a partir de 1950, se observou um saber médico específico para esta experiência identitária que se materializou em diagnósticos diferenciados. A impossibilidade de qualquer exame clínico objetivo que determina se a pessoa que reivindica uma identidade transexual é “um/a transexual de verdade”, leva os/as operadores da saúde e da justiça a perguntar-se: como ter certeza se uma pessoa é realmente transexual? Em torno dessa questão foram estabelecidos procedimentos pelo saber médico/ciências psi, para determinar se a pessoa que se diz transexual é realmente transexual (Berenice BENTO, 2008, p. 19).

Segundo a autora, o endocrinologista Harry Benjamim se dedicou a explicar porque transexuais seriam diferentes de gays, lésbicas e travestis. Seu livro, “O fenômeno transexual”, lançado em 1966, fornecia bases, a partir de indicadores, para se diagnosticar o que ele chamava de “o verdadeiro transexual”. Tal compreensão e construção teórica assegurou que defendesse a cirurgia de “transgenitalização” como única alternativa terapêutica para as pessoas transexuais. Para Berenice Bento (2008), a transexualidade seria hegemonicamente analisada pelo saber médico como

um transtorno de gênero, uma enfermidade. Dessa forma, era naturalizado e evidenciado que as pessoas transexuais deveriam ter repulsa do seu “sexo”.

O critério fundamental para definir o “transexual de verdade” seria a relação de abjeção, de longa duração, com suas genitálias. Para evitar que cometam suicídio, as cirurgias deveriam ser recomendadas a partir de um rol de procedimentos arrolados por Benjamin em sua obra seminal. (Berenice BENTO; Larissa PELÚCIO, 2012, p. 571).

A ideia de patologia foi, de fato, hegemonicamente considerada e acompanhada por fatores que parecem dar razão e explicar a transexualidade, mas, ao mesmo tempo, ditam regras, como se tentassem enquadrar todos/as os/as transexuais em um padrão, sem levar em consideração a individualidade de cada pessoa, independentemente do gênero. “As pessoas transexuais são construídas como portadoras de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas, independentemente das variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas”. (Berenice BENTO; Larissa PELÚCIO, 2012, p. 572).

Robert STOLLER (1993) vai discorrer sobre dois tipos de transexuais masculinos⁵: os transexuais primários e os transexuais secundários. O transexual primário masculino é aquele, que, naturalmente e desde cedo, aparenta e comporta-se como menina/mulher, não sendo, muitas vezes, distinguida das meninas/mulheres biológicas. O termo “primário” era justificado pela vontade, desde tenra infância, de viverem e se vestirem como mulheres. O transexual secundário masculino, por sua vez, não teria o comportamento de gênero cruzado na infância, tendo comportamento masculino comum e vivenciado experiências de prazer com os genitais masculinos.

Antônio Chaves (1994, p.144), igualmente, contempla a discussão de transexuais primários, também tratados por ele como transexuais verdadeiros. Segundo o autor, este seria aquele que tem horror à sua genitália e que faz de tudo para escondê-la. Por não constituir centro erógeno, não têm ereção, dessa forma, sua genitália serviria apenas para micção.

O conceito de gênero, introduzido na psicanálise e na medicina, através dos trabalhos sobre transexuais de John Money e Robert Stoller, possibilitou a separação

⁵ O autor em seu livro Masculinidade e Feminilidade (1993) utilizava o termo ‘transexuais homens’ para se referir ao que entendemos hoje como mulheres transexuais. Tal fato denota a identidade de gênero associada ao órgão genital, já que o autor explicita que o homem transexual trata-se de homens “anatômica e fisiologicamente normais”

dos conceitos de sexo e gênero em uma perspectiva biomédica e psicológica, separando identidade sexual, identidade de gênero, orientação e práticas sexuais. A elaboração destes conceitos tornou mais clara a compreensão das diferenças entre homossexuais, travestis e transexuais: “os homossexuais teriam uma orientação sexual dirigida para o mesmo sexo; travestis desejariam ser do sexo oposto, vestindo-se e comportando-se como tal; e os transexuais afirmariam ser do sexo oposto.” (Mirian VENTURA; Samantha BUGLIONE, 2010, p. 25).

Para Guacira Louro (2008), há um “despertar” a partir dos anos 1960 pelas chamadas “minorias” sexuais e étnicas: jovens, negros, estudantes, mulheres que passam a denunciar suas inconformidades e começam a questionar teorias e conceitos, contrapondo-se a fórmulas prontas e evidenciando novas linguagens e construindo novas práticas sociais. Desencadeia-se, com isso, uma luta pelo direito de falar por si e de falar de si.

Neste sentido, nos anos de 1990, a comunidade transexual começa a questionar algumas “verdades médicas” e trazem a público histórias que divergem do “padrão transexual” definido até então pelo saber/poder da medicina. Em seu livro “O que é transexualidade”, Berenice Bento (2008) expõe relatos de transexuais que divergem das questões médicas, onde transexuais não sentem ódio de seus órgãos genitais, não estão necessariamente descontentes sexualmente e nem sempre tendem a ter somente relações exclusivamente heterossexuais (ou seja, relação com o sexo oposto ao que ela considera ser o dela). Logo, a busca pela garantia de que identidade de gênero não influencia ou limita a orientação sexual dos sujeitos.

Apesar de alguns setores da sociedade terem passado a aceitar uma pluralidade sexual na contemporaneidade, historicamente, as pessoas que não se identificavam com as normas de gênero impostas acabavam por sofrer exclusão dessa mesma sociedade, e aqui não cabe somente às pessoas transexuais:

Na contemporaneidade as pessoas transexuais não são as únicas que rompem e cruzam os limites estabelecidos socialmente para os gêneros. As/os travestis, os transgêneros, as drag queens, os drag kings são exemplos que desfazem a relação simplista vagina-feminino e pênis-masculino. (Berenice BENTO, 2008, p. 20).

Nas palavras de Guacira Louro:

O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolherem para viver (2004, p. 21).

Enquanto que muitas mulheres transexuais desejam se enquadrar na lógica binária de gênero, ou seja, desejam ser vistas e reconhecidas como mulheres pela sociedade, as travestis não necessariamente têm essa vontade. Larissa Pelúcio (2009, p. 44), em seu livro “Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS”, explicita, a partir de outros autores e da experiência vivida com as travestis, a “pluralidade na experiência travesti”.

Segundo ela, a travestilidade permite a possibilidade de expressão de gênero que se distancia do binarismo e do determinismo do sexo. Entretanto, naquele momento, pode perceber que não há por parte das travestis entrevistadas uma intencionalidade teórica e/ou política nesse sentido.

Ao contrário: muitas vezes o que fazem é justamente reafirmar o binarismo e o essencialismo. Ainda que haja uma denúncia da naturalização do sexo e do gênero implícita na própria experiência das travestilidades, na maior parte dos casos, esta não pode ser tomada como um enfrentamento engajado. (Larissa PELÚCIO, 2009, p. 44).

A constatação da autora demonstra o quão estão enraizadas na sociedade as referências de gênero como construção social, explicitada anteriormente, do que é ser homem e do que é ser mulher.

É possível perceber nas travestis um enorme desejo de feminilização dos seus corpos. No processo de identificação de sua “nova” identidade de gênero, encaram os seus corpos como uma página em branco, onde não há nada de errado especificamente, entretanto, pode-se melhorar (Larissa PELÚCIO, 2009). Muitas ainda encaram a feminilização do corpo com intervenções cirúrgicas, e não apenas epidérmicas e esporádicas, como maneira de distinguir quem é travesti.

É no corpo, enquanto território de significados sociais, que se materializa o gênero que a travesti deseja para si. A escolha de um estilo de roupa, dos acessórios, passando pela sistemática eliminação dos pêlos até as sessões de aplicação de silicone líquido, vão dando forma não só ao corpo, mas provem toda uma mudança moral... (Larissa PELÚCIO, 2009, p. 259).

Enquanto para algumas mulheres transexuais a questão do órgão sexual pode trazer desconforto ou descontentamento, o mesmo não parece acontecer com as travestis (Larissa PELÚCIO, 2009). Esse fato contrapõe (ou nos fazem pensar) na afirmação de Pelúcio supracitada, pois, mesmo que nas atitudes cotidianas as travestis acabem por reafirmar o binarismo de gênero e, ainda que elas não enfrentem a questão da travestilidade como engajamento político, suas idealizações, metas de vida e, sobretudo, o próprio corpo travesti se opõe às normas binárias do que é ser feminino e masculino.

4 UMA APROXIMAÇÃO ÀS “VOZES” DAS ENTREVISTADAS: PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Esta seção apresenta o perfil da população T feminina que integrou o *corpus*. Das três entrevistadas, duas (T2 e T3) se autodenominam mulheres transexuais e uma (T1) se autodenomina travesti. Ambas as autodenominações são carregadas de sentidos e criadas socialmente, embora haja diferenças significativas na construção histórica de cada termo.

Nos Estados Unidos, o termo ‘transexual’ foi criado por Robert David Cauldwell, no contexto das regulamentações das práticas cirúrgicas, e sistematizado por Harry Benjamin, que produziu diversas convenções, constituindo bases discursivas das diferenças de categorias médicas entre “transexualismo” e “travestismo”. O uso de termos como “diagnosticada” e “operada” por parte das pessoas que se autodeclaravam transexuais evidenciava maior valorização à reivindicação de que isto as faziam “mulheres de verdade” (Bruno BARBOSA, 2013).

Historicamente, a relação com o pênis e as demandas pela cirurgia de transgenitalização eram utilizadas como fatores marcantes que distinguiam transexuais de travestis:

Inspirado pelo conceito de identidade de gênero de John Money, Benjamin afirma que as diferenças básicas entre travestis e transexuais encontram-se na relação que cada qual mantém com seu respectivo órgão genital e com o desejo da cirurgia de transgenitalização: enquanto travestis não desejariam esta cirurgia e sentiriam prazer com o pênis, transexuais a desejariam e sentiriam desconforto e profunda infelicidade em relação ao pênis (Mario CARVALHO, 2018).

No Brasil, o uso do termo ‘transexual’ começa a se disseminar no final da década de 1970 e começo dos anos 1980, após a primeira cirurgia divulgada de transgenitalização, o que levou à prisão, por crime de lesão corporal, do médico responsável: Dr. Roberto Farina. Tal fato mobilizou debates em torno da legalidade deste procedimento e, em 1997, foi aprovada a cirurgia de transgenitalização para criação da “neovagina” e a hormonoterapia. Estes procedimentos foram condicionados ao diagnóstico médico de “transexualismo” aos moldes benjaminianos (Bruno BARBOSA, 2013).

Em alguns países, o diagnóstico de ‘travestismo’/‘travesti’, como nos Estados Unidos, não estaria relacionado à reivindicação do reconhecimento de identidade e sim ao fetiche, que versaria sobre o desejo de utilizar roupas do sexo oposto por um tempo específico, sendo associado, também, à marginalidade e à prostituição. No Brasil, o termo ‘travesti’ era conhecido e utilizado antes da apropriação médica da categoria transexual. Estima-se que em meados de 1940 a mídia impressa adotava o termo para se referir à prática de homens que se vestiam de mulher no carnaval e, posteriormente, à homossexuais que performavam o gênero feminino.

Ainda hoje, o termo travesti é relacionado à prostituição, marginalidade e criminalidade (Bruno BARBOSA, 2013), embora o Movimento T tenha retomado política e estrategicamente seu uso para desconstruir os sentidos discriminatórios nele empregados. Ademais, a identidade travesti é carregada de preconceito no que se refere à identidade de gênero. É empregado, habitualmente, no masculino - “o travesti”, deslegitimando a identidade feminina dessas pessoas, além de ser comum associarem termos pejorativos e ofensivos, como “traveco” (Laura MARTENDAL, 2015).

No que tange à idade das participantes, a primeira entrevistada (T1) tem trinta e sete anos, e as outras duas participantes (T2; T3) têm a mesma idade, quarenta e nove anos. Todas as participantes possuem endereço fixo na cidade de Florianópolis, tendo uma delas (T2) especificado morar num bairro humilde, no morro. Diferentemente das demais, a terceira entrevistada (T3) possui ensino fundamental incompleto, fazendo parte, segundo os estudos da ANTRA (BENEVIDES, 2018), das 56% das pessoas trans que não concluíram o ensino fundamental. O número é ainda maior quando falamos de pessoas trans/travestis que não concluíram o ensino médio, que é de 72%.

Não por acaso, através da técnica bola de neve, foi possível localizar duas bacharéis em Serviço Social pela UFSC. É extremamente importante destacar que elas fazem parte de uma exceção, já que, segundo a ANTRA (BENEVIDES, 2018), apenas 0,02% da população T tem acesso ao ensino superior. Cabe ainda ressaltar que uma delas (T2) foi a segunda transexual a se formar em toda a UFSC e a primeira no curso de Serviço Social, em 2015:

A partir do momento que você assume sua transexualidade, você tem sempre que se afirmar e brigar em todos os locais, em todos os lugares, inclusive, na

UFSC também não foi diferente. Eu fui a primeira transexual do curso de Serviço Social e a segunda de toda UFSC a me formar. Então, você vê, a UFSC tem 50 anos e em 2015 tinha apenas duas transexuais formadas. Quer dizer que a nossa luta ainda é muito grande, tem muita barreira pela frente, sobretudo, quando a gente se dá conta que 96% das mulheres que se identificam como transexuais e travestis estão hoje, ainda, na prostituição (T2).

Das três entrevistadas, duas (T2; T3) relataram trabalhar por anos como profissionais do sexo, sendo que uma foi expulsa de casa ao contar sobre sua transição. Segundo a ANTRA (BENEVIDES, 2018), 90% da população T feminina utilizam a prostituição como fonte de renda, devido à baixa escolaridade provocada pelo processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social.

Atualmente, dentre as entrevistadas, duas possuem trabalho com remuneração salarial, sendo uma delas DJ em casas noturnas (T1) e a outra (T2) Educadora Social, aprovada em um concurso público da cidade de Florianópolis. Uma não possui trabalho remunerado e atua como dona do lar (T3). Ainda que as participantes formadas em Serviço Social não atuem na área de formação, ambas fazem parte da esmagadora minoria da população T feminina que não provém seu sustento da prostituição. A ANTRA (BENEVIDES, 2018) estima que apenas 10% dessa população trabalha em outras atividades, sendo que 6% trabalham com atividades informais e somente 4% atuam em empregos formais com fluxo de carreira.

Ao questionar as participantes que são formadas em Serviço Social (T1; T2) sobre a possível atuação profissional na área de graduação escolhida por elas, me deparei com a lamentável situação:

Já me negaram emprego em vários lugares como assistente social por conta da minha identidade, de dizerem assim: “aqui a gente trabalha com criança, não seria interessante você trabalhar aqui, não teria uma boa visibilidade no local”. E com idosos, também, eu já tive dificuldade. E não adianta eu ter um currículo lattes com dez páginas. Eu posso esfregar o currículo lattes na cara das pessoas que não fará diferença, e é assim, descaradamente, ou então ficam assim: “tá, mas qual é o seu nome de registro? qual é o seu nome de verdade?”, as pessoas perguntam, principalmente em entrevista de emprego. Elas querem saber, não aceitam o fato de eu já ter retificado (T1).

Duas das três entrevistadas (T2; T3) se consideram heterossexuais, e a outra bissexual (T1). Tal fato possibilita demarcar a distinção entre identidade de gênero e

orientação sexual, ou seja, o fato de elas terem feito a transição não está relacionada, necessariamente, ao seu desejo sexual e à pessoa pela qual se sentem atraídas sexualmente. Orientação sexual, segundo Flavia Piovesan e Roger Rios (2003), partindo de um consenso da Antropologia, é a identidade que se atribui a alguém em função da direção de sua conduta ou atração sexual.

Neste sentido, a orientação sexual e a identidade de gênero são categorias distintas, mas relacionadas, pois se essa conduta ou atração sexual for pelo mesmo gênero ao qual a pessoa se reconhece, será considerada homossexual; se for pelo gênero oposto, heterossexual, e se for pelo dois, pelo gênero ao qual a pessoa se identifica e pelo gênero oposto, considera-se bissexual. Entretanto, há de se pontuar que a linearidade gênero-sexo-sexualidade está enraizada na nossa cultura e que os padrões considerados “normais” ainda são os heteronormativos (Analídia PETRY e Dagmar MEYER, 2011).

Karen Giffin (1994) explica que as diferenças atribuídas à sexualidade de homens e mulheres são duais na sociedade ocidental. Aplicado à construção dos gêneros, o dualismo afirma que o homem é ativo e a mulher passiva; aplicado à sexualidade, o dualismo funde a identidade sexual à identidade de gênero: “ser homem é praticar sexo com mulheres, e vice-versa, resultando na hegemonia heterossexual, baseada em dois tipos de seres: homens sexualmente ativos e mulheres sexualmente passivas” (GIFFIN, 1994, p.150). Segundo Haline Santiago, “as classificações existentes para os diversos comportamentos sexuais foram construídas a partir da ideia de normalidade conferida às relações heterossexuais” (2013, p.2).

Nesse sentido, as classificações dos diversos comportamentos sexuais partem de um:

Dispositivo regulador da sexualidade que, como se sabe, legitima as relações conjugais, heterossexuais e monogâmicas que respondem às exigências da reprodução. Por conseguinte, todas as possibilidades de exercício da sexualidade, que escapam ao padrão heteronormativo, passam a ser consideradas ilegítimas, periféricas, anormais ou contra a natureza (Michel FOUCAULT, 2006 apud Letícia ARAÚJO, 2010, p.37)

Dentre as participantes que são heterossexuais, uma delas (T3) é casada com um homem transexual.

Eu conheci meu marido, que é um homem transexual, e eu passei a conhecer mais o que era isso. Para mim, ele era sapatão, mas aí um amigo, homem trans, explicou como que era e eu olhava os homens trans e achava bonito, mas pensava “não rola por causa da genitália”. É esse que é o problema delas [mulheres transexuais] hoje, você não tem que enxergar a genitália, você tem que enxergar a pessoa e o caráter (T3).

No que tange à autodeclaração da cor da pele, duas participantes se autodenominam brancas (T2; T3), e a outra se autodenomina negra (T1). Segundo a ANTRA (BENEVIDES, 2018), a população T feminina negra é maioria na prostituição de rua e lidera o ranking de transfeminicídio, evidenciando que ele acontece com maior intensidade entre mulheres transexuais e travestis negras. A ANTRA faz, ainda, uma associação entre o assassinato de mulheres cis negras e mulheres cis brancas, já que o Mapa da Violência utilizado não traz informações de pessoas trans. Os dados do último Mapa da Violência apontam um acréscimo de 54% de homicídios de mulheres negras, enquanto os assassinatos de mulheres brancas caíram 9,8%:

O diagnóstico produzido pelo Governo Federal apresentado ao Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE mostra vetores importantes desta realidade, para além dos socioeconômicos: a condição geracional e a condição racial dos vitimizados. 70,6% das vítimas eram negras. Jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio, ou seja, 53,5% do total (Mapa da Violência 2016 apud Bruna BENEVIDES e Sayonara NOGUEIRA, 2019, p.20).

Embora tais dados apresentem informações de pessoas cisgêneras, eles contribuem para o debate do genocídio da população T feminina negra.

4.1 O CORPO E SUAS ADEQUAÇÕES

Discorre-se, nesta seção, acerca das adequações corporais feitas pelas participantes desta pesquisa, bem como se busca em suas narrativas e nas produções teóricas uma guia para essa discussão. Para pensarmos a identidade de gênero e o motivo pela qual as mulheres trans e travestis buscam modificar seus corpos na busca de uma adequação, podemos retomar, brevemente, um dos conceitos de gênero descritos por Berenice Bento:

O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiteraões cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino (...). O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e as estilísticas corporais são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizadas dos gêneros (Berenice BENTO, 2006, p. 228).

Neste sentido, não haveria uma abominação dos corpos da população T feminina, mas sim uma busca pela performance do que é ser homem, mulher, masculino, feminino, na sociedade, ou seja, a busca pela sua expressão de gênero, já que a identidade pode ser construída e desconstruída a partir da performatividade constituída (Judith BUTLER, 1994). Não seria somente o corpo físico que atuaria na variante da determinação do gênero das sujeitas, ainda que tenha sua real importância:

Na verdade, a gente já nasce assim, só que no princípio a gente se vê como um menino gay, mas depois você vê que você tem umas vontades, que é diferente. Essa vontade de se vestir de mulher, então, carnaval para mim era tudo. Daí no carnaval, eu via as travesti com peito e eu tinha uma vontade, uma inveja ... inveja, não, o desejo de ter aquilo (T3).

A palavra 'adequar'⁶ é um verbo intransitivo e pronominal, significa:

- a) *bitransitivo e pronominal*: tornar(-se) ajustado, adaptado a; amoldar(-se).
"adequou um freio novo à motocicleta"
- b) *bitransitivo e pronominal*: tornar(-se) conveniente ou oportuno a.
"adequava suas roupas ao gosto da moda"

⁶ Foi efetuada uma busca simples pela frase "o que é adequar" no site de buscas Google. Além de mostrar resultados de diversos websites, o buscador também apresenta a sua definição própria. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em 26/10/2019

Baseado nas narrativas, este termo representa melhor academicamente o processo de mudanças corporais descrito por ela. Além das ‘adequações’ que podem derivar desse desejo profundo e pessoal, há de se entender, também, que algumas mudanças corporais podem ser feitas a partir do estilo de vida profissional que a população T feminina acaba por adotar, vindo a ser um reflexo de vários tipos de exclusão, como já mencionado anteriormente.

Dentre os possíveis modelos de feminilidade, a prostituição aparece inserida numa distinção entre os corpos. Apesar dos processos de transformação corporal das travestis serem, muitas vezes, compartilhados por transexuais, as adequações corporais feitas pelas travestis, comumente julgadas como exageradas, parecem fazer parte dos requisitos profissionais da prostituição. As transexuais, por sua vez, recorreriam à medicalização e buscariam adequar seus corpos de maneira que julgam mais “natural” (Mario CARVALHO, 2018).

Todas as entrevistadas fizeram ao menos um tipo de cirurgia para adequação corporal, bem como todas relataram a utilização de hormônio feminino em algum momento de suas vidas, tendo duas delas (T1; T3) feito uso indiscriminado deste hormônio. Tanto alguns procedimentos cirúrgicos quanto o uso de forma indiscriminativa desses medicamentos deixaram sequelas:

Foi o silicone e uso de hormônio de forma indiscriminativa, não foi passado pelo médico, foi receita de vó e, tipo, o que me prejudicou foi o uso excessivo do hormônio que a gente não sabia como usava. Meu testículo entrou em processo degenerativo. Eu tenho cálculo renal, eu tenho um ovo de codorna, na verdade, 2mm no rim. Tudo isso pelo uso do hormônio, porque ele faz retenção de líquido, é muito sério, e só consegue reverter com cirurgia (T1).

Eu coloquei silicone, prótese, fiz cirurgia no nariz e na boca. Questão de pelo, tudo isso foi modificando. Eu tive rejeição do silicone no peito e na bunda, meu quadril rejeitou duas vezes e foi um processo bem doloroso e perigoso, porque você pode ter falência dos órgãos. E até hoje em dia é utilizado o silicone industrial, hoje em dia ainda tem fila para bombar com bombadeira no fundo de quintal. Não é diferente, até porque essa cirurgia em clínica não dá resultado para nós trans, porque você quer curva, você quer peito, você quer bunda empinada e uma prótese que você coloca na bunda, fica uma bunda chapada não vai dizer nada na rua [referindo-se ao trabalho com prostituição de rua]. Então é o silicone industrial que predomina (T2).

Em 2015, eu voltei com essa palhaçada de tomar hormônio novamente. Sabe aquela bicha velha que quer se sentir novinha? Eu tava com 45 anos e voltei a tomar hormônio para me sentir, sentir minha pele, sabe? [...] o hormônio afetou mais a parte de cima do meu corpo. Ele me fez um efeito muito ruim, porque a gente tomava hormônio e uma outra coisa lá junto, e aquilo me

deixava louca, agressiva, nervosa e eu tomava ainda assim, por conta própria, já existia ambulatório, mas eu não queria (T3).

Para uma das participantes (T2), a violência parece estar intrinsecamente ligada ao momento de transição dos corpos:

A partir do momento que você começa a tomar hormônio e começa a criar peito e que você começa a usar roupas mais femininas, você pega o ônibus e chama atenção. Tu vai no mercado e chama atenção, porque, na verdade, tu tá no teu mundo, tu não quer saber se a pessoa quer te aceitar ou não, então, o tempo inteiro você tá sendo recriminada, desacreditada com relação a sua identidade (T2).

Devemos destacar que não há uma regra no que diz respeito à 'adequação', cada garota teve sua própria busca pelo corpo que melhor lhe representou, seja por motivos pessoais ou profissionais. Neste sentido, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) publicou um glossário com informações que norteiam a discussão:

Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída (ABGLT, 2010, p. 17).

Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008. Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital). Utiliza-se o artigo definido feminino "A" para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, "O" travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino (ABGLT, 2010, p. 18).

Com base nessas informações, pode-se entender que não são as intervenções médico-cirúrgicas que irão determinar a transexualidade, assim como a quantidade de procedimentos visando a adequação corporal não determina a identidade travesti. Contudo, conforme sinalizou T2, as adequações corporais podem estar intrinsecamente ligadas à violência e à discriminação.

5 VIOLÊNCIAS E EXCLUSÃO: QUANDO É PRECISO ESTAR PREPARADA TODOS OS DIAS

Esta seção expõe, finalmente, a temática central da pesquisa: violência. A partir de agora, se propõe uma reflexão sobre o conceito e, também, a tipologia da violência, articulando às narrativas das participantes da pesquisa, ou seja, como a violência se apresenta à população T e suas particularidades, segundo as entrevistadas.

5.1 CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA

Mas o que é violência? No dicionário online da página de buscas “Google”⁷, violência é um substantivo feminino e a definição do termo refere-se à:

- a) qualidade do que é violento.
"a v. da guerra"
- b) ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra; ato violento.
"derrubou a porta com v."
- c) exercício injusto ou discricionário, ger. ilegal, de força ou de poder.
"a v. de um golpe de Estado"
- d) força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência.
"a v. de um furacão"
- e) JURÍDICO (TERMO): constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação.

⁷ Foi efetuada uma busca simples pela frase “o que é violência” no site de buscas Google. Além de mostrar resultados de diversos websites, o buscador também apresenta a sua definição própria. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em 26/10/2019.

- f) POR EXTENSÃO: cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania.

"viver num regime de v."

Curiosamente, digitando a palavra “violência” neste site, as três primeiras sugestões que aparecem são, respectivamente: “violência doméstica”, “violência psicológica” e “violência urbana”.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS⁸), a violência é definida como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Linda DAHLBERG; Etienne KRUG, 2006).

Neste sentido, a violência é considerada um fenômeno social, pois envolve sujeitos e suas atitudes, com vistas a submeter e hierarquizar o/a outro/a, logo, não é objeto próprio de nenhum setor específico. Conseqüentemente, o termo violência pode ser utilizado em diversos e diferentes contextos sociais, e compreende desde a violência física até a violência psicológica, sexual, moral e patrimonial. Sua presença nas relações sociais contraria, assim, o que a OMS entende como saúde, que é o completo bem-estar físico, mental, social e espiritual dos indivíduos (Lívia SACRAMENTO e Daniel RESENDE, 2006).

Para o Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018), a violência refere-se a um tipo de dominação ilegítima, que alguém, na tentativa de exercer e impor sua vontade, faz uso da coerção física ou psicológica. Pode ser compreendida como um tipo de rompimento da ordem e depende do emprego da força para impor uma ideia ou uma nova ordem. Este emprego da força não estaria ligado somente à sociedade civil, mas também ao Estado que, ao contrário do que se espera, como proteção à vida, pode acabar por violar os direitos e a vida do/a cidadão/ã.

Maria Cecília Minayo (2006) destaca o fenômeno sócio histórico da violência, e explicita o fato de a violência acompanhar toda a experiência da humanidade, tendo, inclusive, sua presença registrada em documentos da Antiguidade e encontrada, também, em narrativas bíblicas. Segundo a autora, há violências toleradas e

⁸ Capítulo extraído com autorização do autor do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002 (apud Linda DAHLBERG; Etienne KRUG, 2006).

violências intoleradas, provenientes de conflitos de autoridades e ligadas a disputas de poder, bem como ao domínio e posse. As aprovações ou desaprovações de suas manifestações estão associadas às normas sociais mantidas por aparatos legais da sociedade: “nunca existiu uma sociedade sem violência, mas sempre existiram sociedades mais violentas que outras, cada uma com sua história” (MINAYO, 2006, p.15).

A autora chama atenção para a dificuldade de conceituar violência, pois deve-se levar em consideração seu desenvolvimento e especificidade histórica, logo sua má interpretação pode reduzi-la à noção de violência em uma definição fixa e simplista.

A maior parte das dificuldades para conceituar violência vem do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre, e de quem a presencia. (...) Os eventos violentos sempre passaram e passam pelo julgamento moral da sociedade (MINAYO, 2006, p. 14).

Para o pesquisador José dos Santos (2007), violência trata-se de uma relação social caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou da coerção, configurada como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. Essa relação, marcada pelo excesso de poder, impede o reconhecimento do/a outro/a, mais especificamente de alguma pessoa, de um gênero e/ou de alguma raça. Tal fato, conseqüentemente, provoca algum tipo de dano, interferindo diretamente na possibilidade de construção da sociedade contemporânea e democrática. Pode, assim, ser configurada como um dispositivo de regulação social, que através de uma forma de interação social, determinada por uma norma social, lhe confere um aspecto de controle social. Neste sentido, o autor contempla:

Podemos, enfim, considerar a violência como um dispositivo de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social, atuando em espaços abertos, e que se instaura com uma justificativa racional, desde a exclusão, efetiva ou simbólica, até a prescrição de estigmas. (SANTOS, 2007, p. 75).

Para entender a violência no Brasil, o pesquisador classifica a violência em quatro grandes grupos: 1) violência do Estado; 2) violência contra o poder do Estado; 3) violência difusa; 4) violência simbólica.

No que tange à violência do Estado, destaca as guerras, confrontos internacionais e terrorismo internacionais, seja por parte do Estado, seja por grupos políticos e religiosos. São violências advindas de membros da polícia (civil, federal, militar, estadual ou municipal); violências do Estado contra os direitos humanos (direitos políticos, sociais, civis e direitos de quarta geração); crises com seus possíveis efeitos violentos: na saúde, habitação, segurança e educação, além dos efeitos socioeconômicos de ajuste estrutural sobre renda e emprego.

A violência contra o poder do Estado manifesta-se de diversas formas: motins, saques, entre outras e, igualmente, assume formas de lutas sociais, como movimentos sociais e tentativas de revolução, por exemplo. A violência difusa classifica-se em cinco grupos: criminal, micro-política, das instituições totais de vigilância, campo e ecológica, a saber:

a violência criminal (contra a propriedade e o patrimônio e contra a pessoa; a violência contra a mulher; a violência contra a criança e o jovem); a violência micro-política; a violência das instituições totais de vigilância; a violência no campo (contra as populações indígenas; a violência costumeira; nas relações de trabalho; nas lutas dos camponeses pelo excedente e nas lutas pela terra) e a violência ecológica. (SANTOS, 2007, p. 76).

Por fim, a violência simbólica, que segundo o autor se faz presente em todos os outros fenômenos de violência já citados, sobretudo, nas relações de gênero e raciais, que se reproduzem pelos processos de socialização, através dos processos educativos e nos meios de comunicação. O autor ressalta, ainda, a importância das lutas sociais na perspectiva da superação da violência na sociedade brasileira, pautadas no respeito à dignidade humana, com fundamento do direito à vida.

5.2 “NÃO EXISTE A ÚLTIMA VIOLÊNCIA, É O TEMPO INTEIRO”: NARRATIVAS DE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO DAS ENTREVISTADAS

Como discutido anteriormente, a violência está presente na sociedade desde a antiguidade até a contemporaneidade, e possui diversas faces. Esta seção faz alusão especificamente ao conceito que norteia a pesquisa: a violência de gênero.

Será dado enfoque nesse tipo específico de violência, visto que a pesquisa trata das narrativas de violência de mulheres transexuais e travestis que sofreram e/ou

sofrem discriminação, preconceito e violência, justamente pela sua identidade de gênero, não descartando quaisquer narrativas que abordem outros tipos de violência.

Para entendermos a especificidade da violência de gênero, é importante resgatar alguns fatores históricos. Entretanto, é essencial ressaltar que a imensa maioria dos estudos identificados que analisam a violência de gênero (violência contra a mulher), não citam a especificidade das mulheres transexuais ou de travestis, ou seja, são pautados nas experiências de mulheres cisgêneras. Contudo, são essenciais para compreendermos como a sociedade entende mulher/homem, feminino/masculino.

O termo “violência contra a mulher” foi pautado pelo movimento social feminista brasileiro desde os anos 1970. Este termo refere-se a diversas situações, comportamentos e atos cometidos, tais quais: violência física, sexual, psicológica cometidas por parceiros (íntimos ou não); assassinatos; estupros; abuso sexual e emocional; assédio moral e sexual (no trabalho ou não); compelir a pânico e aterrorizar; espancamento; prostituição forçada; tráfico de mulheres; coerção à pornografia; turismo sexual; mutilação genital; violência étnica e racial; violência cometida pelo Estado (por ação, omissão ou tolerada); violência conjugal; violência e assassinatos ligados ao dote, entre outras. Somam-se a essas os impedimentos ao estudo ou trabalho, controle dos bens do casal e/ou dos bens da mulher, exclusivamente pelos homens da casa, recusa de apoio financeiro para a vida doméstica, ameaças de expulsão da casa e perda de bens como forma de “educar” ou punir comportamentos que a mulher tenha adotado por referência ao âmbito da vida familiar (SACRAMENTO; RESENDE, 2006).

Para Lori Heise (1994), a violência está intrinsecamente ligada às questões de gênero e sexualidade, pois a mesma é:

um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais e que em muitas sociedades, o direito (masculino) a dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade (Lori HEISE, 1994, p. 47-48).

É importante ressaltar que o desenvolvimento do conceito de gênero permitiu a desconstrução das categorias “sexo feminino/sexo masculino” como dimensões fixas e dicotômicas. A problematização da naturalização dos aspectos sociais, informada pelos aspectos biológicos, permitiu enfrentamentos ao pensamento até então hegemônico de essencialização dos corpos e identidades sociais, estabelecendo uma relação linear entre sexo e identidade de gênero. A anatomia como destino e o corpo feminino como determinante da condição social da mulher foram questionados. Os estudos e análises da construção social dos gêneros se distanciaram das diferenças biológicas cujo significado principal eram as diferenças genitais. Desta forma, as relações de gênero passam a ter seu enfoque em campo de luta estruturado, fundamentado pelas diferenças recorrentes de poder entre homens e mulheres (GIFFIN, 1994).

Heise (1994) levantou dados estatísticos de violências registradas em 1987, inclusive no Brasil, e apresentou uma relação dos pontos que resumem qualitativamente sua análise, interpretada por Giffin:

As mulheres estão sob risco de violência, principalmente por parte de homens conhecidos por elas; A violência de gênero ocorre em todos os grupos socioeconômicos; A violência doméstica é tão ou mais séria que a agressão de desconhecidos; Embora as mulheres também sejam violentas, a maioria das violências que resultam em lesões físicas é de homens contra mulheres (...) Dentro de relações estabelecidas, a violência muitas vezes é multifacetada e tende a piorar com o tempo; Em sua maioria, os homens violentos não são doentes mentais; O abuso emocional e psicológico pode ser tão danificante quanto o abuso físico, sendo muitas vezes considerado pior, na experiência das mulheres; O uso de álcool exacerba a violência, mas não é causa da mesma; Existem sociedades onde a violência contra a mulher não existe (1994, p.147).

A partir desta chave de interpretação, as narrativas sobre as violências da população T feminina foram analisadas, destacando as possíveis semelhanças de suas trajetórias de vida com a produção teórica produzida acerca desta população.

O termo “violência doméstica” está intrinsecamente relacionado à violência de gênero, fazendo-se presente, também, nas narrativas das entrevistadas. A violência doméstica é recorrente na vida social de determinadas famílias e acaba sendo naturalizada pela sociedade. É, portanto, uma expressão da questão social⁹:

⁹ Questão social é entendida aqui como parte constitutiva das relações sociais capitalistas, apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais. Sobre esta discussão no âmbito do Serviço Social, consultar o

conhecida por referência aos maus tratos e abusos sofridos pelas crianças, mulheres e idosos. (SACRAMENTO; RESENDE, 2006).

Todas as entrevistadas viveram a violência doméstica:

Sofri violência por parte do meu marido, eu fiquei 20 anos com ele e apanhei muito. Não foi só violência física, como psicológica. Apanhei muito, vários socos, da última vez ele chegou até me dar um chute no nariz. E eu falava isso para ele: “eu não sofro violência lá fora, os homens lá fora, e sofro contigo aqui na minha casa, que não era pra sofrer. Eu falava isso para ele (...) Só que era um relacionamento abusivo. E eu com aquele medo de soltar minhas asas pra cair no mundo, me mantive presa fazendo aquele sacrifício e ficou uma dependência, né, que eu achava que era amor, mas não era amor (T3).

O que fez eu me afastar da minha família foi um processo de violência muito grave, que eu estive de cárcere privado, por parte do meu ex-marido, e eu tive que ir embora da cidade que eu morava junto com meus pais, porque eu ia ser morta (T1).

Eu tive uma relação de 4 anos muito complicada, foi minha primeira relação e foi assim que eu me assumi transexual. Ele era usuário de droga e me batia muito. A gente brigava muito e acabou que eu fugi dele, fiquei cinco anos longe daqui, porque acabou que ele queria me matar, né. Daí primeiro eu fugi para Curitiba e ele foi lá e me pegou de volta e eu voltei ameaçada com gargalo de cerveja na garganta. Depois eu fugi de novo para São Paulo e daí não me achou mais, eu fui para o interior de São Paulo e fiquei por lá durante 5 anos. Aí ele morreu de overdose de cocaína e eu voltei pra cá (T2).

As violências de gênero, particularmente as agressões físicas e maus-tratos de ordem psicológica, são práticas utilizadas por homens na sociedade para castigar, punir e humilhar as mulheres, principalmente, em ambientes domésticos, com a finalidade “educativa” e de desqualificá-las moralmente (SACRAMENTO; RESENDE, 2006). As narrativas explicitam que esses fenômenos não ocorrem apenas com mulheres cis, mas também com mulheres trans e travestis, pois são carregados de ódio ao gênero feminino (HEISE, 1994) e demonstram que as dimensões das violências físicas, sexuais e psicológicas estão associadas à violência doméstica.

Neste sentido, a ANTRA (BENEVIDES, 2018) reforça as questões de gênero no que diz respeito à violência e assassinatos sofridos por mulheres trans e travestis, havendo um aumento de 3% em relação aos assassinatos no ano de 2017, sendo que 97,5% ocorreram contra o gênero feminino. Um número alarmante que denota,

urgentemente, a necessidade de enquadrar mulheres trans e travestis na lei de Femicídio.

O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer “eu sou mulher”, é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente (Berenice BENTO, 2014¹⁰).

Além disso, é importante ressaltar a maneira como a maioria da população T feminina é assassinada no Brasil. Atualmente, segundo a ANTRA (BENEVIDES, 2018), dos 163 casos de assassinatos dessa população notificados em 2018, 53% foram cometidos por armas de fogo, 21% por arma branca e 19% por espancamento e/ou asfixia e estrangulamento. Esses dados evidenciam a crueldade que esta população vivencia durante suas vidas e como a transfobia enraizada e naturalizada mata sem dó.

O dossiê de assassinatos contra população T feminina, realizado pela ANTRA (BENEVIDES, 2018), chama atenção para o perfil das vítimas, com destaque para sua idade e raça. Em 2018, 82% das vítimas de assassinatos foram identificadas como pretas ou pardas, o que ratifica o triste dado dos assassinatos da juventude negra do Brasil; a vítima mais jovem, notificada em 2018, tinha 17 anos. Ademais, os dados apontam que 60,5% das vítimas de assassinatos tinham entre 17 e 29 anos, ou seja, mais da metade das denúncias de assassinato da população T feminina não chega na atual expectativa de vida, que é de 35 anos; 29,1% das vítimas tinham entre 30 e 39 anos e 10,5% entre 40 e 49 anos.

É que eu acho assim, a violência com as transexuais e travestis na juventude, ela é mais complicada, porque tu é mais inconsequente em relação aos seus atos e tu não quer saber muito o que o outro tá pensando. Tu tá usando short

¹⁰ A socióloga escreveu uma coluna especial para a Revista Fórum, representando o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). O CLAM é um projeto do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição que há muitos anos desenvolve pesquisas em sexualidade, gênero e saúde.

curto ou mini-saia, você não quer saber se tá aparecendo ou não, tu vai, tu joga o cabelo na cara ... Então, a tendência é sofrer mais violência, né, porque tu afronta mais a sociedade. Quando tu vai amadurecendo, tu sofre menos violência, porque a tua maneira de se portar muda; a tua maneira de se vestir muda; a maneira de olhar as pessoas muda, entendeu? Tu vai ficando mais madura, entendeu, não quer dizer que tu não sofra violência, sofre violência, sim! Às vezes, tu não precisa fazer nada para daqui a pouco tu ganhar um soco na cara, como já aconteceu comigo (T2).

Há de se atentar, também, aos dados que apontam o aumento na taxa de tentativas de homicídio. Ou seja, mulheres trans e travestis que quase foram mortas, mas que conseguiram sobreviver para contar suas histórias. E aqui, enfatizo apenas a população T feminina, justamente porque os casos registrados em 2018, pela imprensa brasileira, todas as vítimas eram do gênero feminino. Foram 71 tentativas de homicídios, um aumento significativo comparado ao ano anterior (BENEVIDES, 2018).

Eu já fui estuprada três vezes. Eu já me atraquei em rua, trabalhei quase 20 anos em rua. A violência vivida é diária, não tem isso de “última violência vivida”, tem o tempo inteiro (T2).

Neste sentido, com base na discussão levantada, é plausível entender a violência de gênero como um fator que permeia a vida da população T feminina, resultante da discriminação e preconceito sofridos em diversos âmbitos de suas vidas.

5.3 EXCLUSÃO E VIOLÊNCIAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Considerando as referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa sobre violência de gênero, sobretudo, violência doméstica (SANTOS, 2007; GIFFIN, 1994; HEISE, 1994; MINAYO, 2006), é possível compreender as diferentes formas de violência e como, historicamente, estão presentes na vida das pessoas do gênero feminino. Contudo, através das narrativas, há de se abranger múltiplas violências no âmbito doméstico, com destaque à violência familiar, não apenas a violência conjugal.

Entende-se por violência familiar a violência que ocorre no seio da família, refere-se a ações ou omissões que prejudiquem o estado de bem-estar, integridade física, psicológica e a liberdade. Pode ser cometida por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida, dentro ou fora de casa.

Enquanto que a violência doméstica envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico e que estão vinculadas, ou não, por laços de parentesco: não se limita à família. (Vivian DAY et al., 2003; Laura CAMARGO, 1996).

A exclusão e a dificuldade de aceitação por parte da família atravessam a vida da população T desde cedo:

Nessa fase dos 18, 19 anos, eu tinha um monte de roupa de mulher. Ela [mãe] descobriu e jogou tudo fora. Quando eu cheguei em casa, minha amiga me chamou e disse “tua mãe descobriu e vai te botar para rua” e aí eu fiz uma chantagem emocional com ela, né (...) Minha mãe me aceitou, só que essa aceitação teve um preço alto e eu paguei depois e pago até hoje, porque aceitação da minha mãe, lá no fundo, se eu não pudesse ser o que eu sou, seria melhor para ela (T3).

Se eu for colocar aqui quem me apoiou foi minha mãe. Minha mãe que ia para sala de cirurgia comigo quando eu fui botar peito, sabe, de realmente ver que a pessoa tá ali. Meu pai, por exemplo, ele esteve no hospital, mas ele discordava de eu colocar prótese. Então, posso dizer que da família, minha mãe foi a que mais apoiou. Mas tirando isso, não sabe, parente é parente e o fato da gente ter o mesmo sangue, foda-se. Então, eu tenho uma percepção muito diferente do que é família. Quando você trabalha numa instituição que acolhe vítimas de violência, começa a perceber que a família termina no momento que a pessoa diz que ela é gay, entendeu. Eu não tenho como ter esse olhar diferente, de que a única coisa que faz que uma família exista é a relação de amor, de amor e respeito que existe entre elas (T1).

Depois que me assumi transexual e comecei o processo de feminilização, aí, logo de cara eu já fui para rua. Meus pais me colocaram para fora de casa e eu fui morar com uma amiga num apartamento (T2).

As narrativas evidenciam a dificuldade de relacionamento das entrevistadas com a família, a partir do momento em que decidem exercer sua identidade de gênero perante à sociedade; o que, na maioria das vezes, gera conflito, rompimento de vínculo, agressões físicas e/ou psicológicas. Entretanto, se considerarmos o Art. 227 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, no que se refere ao Capítulo VII – Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Jovem e Do Idoso (EC nº 65/2010):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (EC nº 65/2010).

Apesar disso, não parece ser bem assim que as coisas funcionam na prática. Segundo relatos levantados pela ANTRA, no grupo “Pela Vidda” do Rio de Janeiro,

não é incomum agressões, espancamentos, queimaduras e outros diversos tipos de violência partirem da própria família, sobretudo quando se trata de transexuais e travestis menores de idade. O fato de serem crianças e adolescentes dificulta, ainda mais, a comprovação destes crimes, dada sua capacidade civil limitada e a situação de extrema vulnerabilidade. Somam-se a essa realidade, os dados compilados em parceria com o Espaço Arco-Íris/AfroReggae, que apontam que a idade média de pessoas LGBTQIA+ que são expulsas de casa é de 13 anos (Bruna BENEVIDES e Sayonara NOGUEIRA, 2019, p. 19). Muitos desafios são enfrentados no contexto familiar, não podendo deixar de destacar a religião:

Eu não me aceitava enquanto uma pessoa trans por causa da minha religião, da religião da minha família. São católicos bem fervorosos (...) Eu tive primeiro no mosteiro e depois eu vim para Floripa. Mosteiro é um lugar católico onde ficam homens monges e eu ia tentar ser monge, porque eu achei que era um lugar onde eu ia ter uma identificação, pelo fato de que eu não me enxergava em lugar nenhum, entendeu, e eu achava que tudo que eu tava passando era um reflexo do pecado que eu cometi (T1).

Neste sentido, levando em consideração a literatura pesquisada e o histórico de violências das entrevistas, infere-se que em algum momento das vidas da população T feminina, o espaço familiar se torna um lugar de medo e exclusão, embora constitucionalmente devesse ser de acolhimento e segurança. Este fato pode acarretar em diversos outros problemas: distúrbios mentais e emocionais, fragilidade nas relações pessoais, afastamento da família, dificuldade de continuidade no ambiente escolar e até mesmo suicídio. (Bruna BENEVIDES e Maria Eduarda AGUIAR, 2018).

5.4 EXCLUSÃO E VIOLÊNCIAS NAS RELAÇÕES ESCOLARES

O ambiente familiar na vida da população T feminina pode se tornar um ambiente hostil, desconfortável e até perigoso quando a identidade de gênero trans é anunciada. Se isso ocorre no espaço, em tese, do aconchego, o que esperar do ambiente escolar? Será um ambiente acolhedor para com “as diferenças”? A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, prevê que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ou seja, além da educação ser um direito de todos e dever do Estado e da sociedade, há, ainda, de ser incentivada aos cidadãos, visando o desenvolvimento pessoal e a qualificação para o trabalho, bem como a construção da condição da cidadania. Entretanto, veremos, por meio das narrativas e dos levantamentos bibliográficos, que a educação atravessa a vida da população T feminina de maneira dificultosa, pois acaba por ser mais um dos lugares onde a exclusão e a violência se fazem presentes.

William Peres (2010) afirma que atualmente existem algumas (poucas) tentativas de promover a inclusão da população T nas escolas, contudo, ainda é comum o preconceito. Trata-se de um preconceito presente nas relações interpessoais, em encontros que evidenciam o despreparo dos/as profissionais da educação, que tem reações carregadas de sentimentos fóbicos, inseguros e amedrontados, com grandes chances de tornarem-se encontros desrespeitosos. O autor explica que há muita resistência às novas expressões existenciais emergentes, o que dificulta as mudanças de paradigmas curriculares e programas educacionais, visto que o modelo disciplinar e regulatório adotado pelas práticas educacionais tiveram um enraizamento político, ao longo dos últimos tempos, muito profundo, com fixação de referências e crenças conservadoras.

Bruna Benevides e Maria Eduarda Aguiar (2018) apontam para os desafios da população T de se manter na estrutura formal de ensino, sobretudo, após ter sido expulsa de casa. Considerando a escola como segunda instituição de acesso social, a primeira fora do seio familiar, a escola concentra diferentes valores daquilo que as pessoas aprendem em suas famílias. Crenças, religiosidade, a intolerância às diferenças, são consequências de reações às quais seus membros foram ensinados.

Ademais, as autoras indicam como consequência das práticas preconceituosas em relação à população LGBTQIA+ a proibição de debater gênero no ambiente escolar, e chamam atenção para a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação* e a Resolução nº 01/2018 do MEC*, que garante o uso do nome social e do banheiro conforme o gênero. Contudo, apesar de

ser um direito, ainda existe uma forte resistência no cumprimento dos mesmos (BENEVIDES; AGUIAR, 2018).

No Brasil, há cerca de 82% de exclusão escolar entre pessoas trans (ANTRA, apud BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). Dados do Observatório do Terceiro Setor apontam que 56% das pessoas trans não possuem o Ensino Fundamental; 72% não possuem o Ensino Médio; e apenas 0,02% estão no Ensino Superior. Tais dados explicitam o real problema que a população T tem para se manter na escola e demonstram a alarmante situação quando se trata de pessoas trans/travestis concluírem um curso superior.

Diferentemente do cenário apresentado, duas das participantes possuem Ensino Superior Completo, graduadas em Serviço Social pela UFSC. Entretanto, não há mera coincidência nisso, principalmente, se considerarmos a metodologia utilizada em conjunto com a técnica “bola de neve”, onde minha procura pelas sujeitas da pesquisa parte, justamente, de colegas e professores do Departamento de Serviço Social. O fato de duas das participantes terem concluído o Ensino Superior é uma realidade distante da grande maioria. E, ainda, veremos, por meio de suas narrativas, as dificuldades e provações para alcançarem este espaço. Consideremos, à priori, o ambiente da escola, levando em consideração o Art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que defende: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Uma das escolas que eu fui expulsa, entre aspas, porque, de fato não me expulsaram, mas pediram para o meu pai não me rematricular no ano seguinte. Ele era professor de um colégio de irmãos, que também é católico. Eu era boa aluna e trabalhava em várias atividades, inclusive participava da equipe de vôlei, que, inclusive, era onde eles mais ficavam incomodados, porque quando a gente saía para fazer campeonato, a gente tomava banho em banheiros coletivos e eu já tinha uma protuberância nos seios e foi por aí que começou a minha exclusão, entendeu. Não tive problema com os meninos, pelo contrário, eles me defendiam de outros meninos me verem. Era muito louco isso, como se já entendessem que era diferente. Isso com 13/14 anos sem saber o que estava acontecendo. (...) Uma das brincadeiras que os meninos faziam era rir do peitinho das meninas que estavam aflorando. Eles apontavam, achavam engraçado, porque as meninas também não tinham o cuidado de usar sutiã, porque elas também não entendiam esse processo, entendeu? Então, eu era um alvo, porque eu também tinha um biquinho do peito, os meninos mais gordinhos também tinham, então, a gente era alvo disso e isso eu comecei a perceber que chamava atenção dos irmãos e eles não gostavam quando essa brincadeira era direcionada para os meninos (T1).

Meu ciclo maior de convivência desde criança sempre foi a mulher. Eu tinha dificuldade de me relacionar com um grupo de homens, sempre. E a questão do uso do banheiro e com quem conversar nos recreios das escolas da vida e tal, os assuntos dentro da sala de aula relacionados à questão gay, sempre muito preconceituosos, sobretudo, para o lado dos homens. E cada vez tu fica mais introspectiva e se fecha mais no seu mundo, né? (T2).

Quando a participante T1 foi questionada sobre a lembrança de sua primeira violência vivida, a escola estava atrelada a ela:

A primeira violência foi a expulsão da sala de aula; não poder mais frequentar colégio de irmãos, então, meu pai me tirou, tive que mudar de escola. Por conta disso, então, ele me leva no médico para saber o que eu tinha, qual era a doença que eu tinha no peito, para saber se eu tinha câncer, enfim, “uma viagem” (T1).

Parafraseando William Peres (2010), há muitas dificuldades e enfrentamentos para a população T conseguir se manter no ambiente escolar, sobretudo, nos estudos básicos e secundários. As que conseguem adentrar à faculdade, adquiriram ao longo da vida mais maturidade no que diz respeito aos seus direitos ou às possíveis violações enquanto cidadãs. Todavia, ter o acesso à universidade não anula ou as protege de sofrer discriminação, preconceito e violências.

As narrativas a seguir contemplam essa triste realidade e devem servir como uma forma de denúncia, pois comprovam que, mesmo dentro de um curso que se construiu e se consolidou desfazendo-se das amarras ideológicas conservadoras, há ainda no seu íntimo um estigma transfóbico e travestifóbico, que absolutamente não deveria ser reproduzido.

Minha experiência na universidade foi muito ruim. Fui muito chamada de “ele” e briguei muito com a coordenação ... Isso que quando eu passei no vestibular, eu vim aqui na UFSC e avisei que eu sou uma mulher transexual. Eu já tinha estudado no IFSC, fiz um curso de cozinha e foi o mesmo processo, também fui no dia da reunião pedagógica e falei: sou uma transexual, não sou gay. Sou “Maria”, não sou “João”. Não tive problemas no IFSC, mas na UFSC... Aqui dentro do serviço social é horrível; algumas fazem cara de paisagem para fingir que não estão entendendo a sua situação, como se fosse alheia àquele problema, e outras demonstram, realmente, que são preconceituosas e mostram quem são. Ao ponto de eu pegar uma caneta da professora, segurar na mão assim, e botei meu nome e falei: meu nome é T2, escrevi por cima da chamada “assim”, porque ela perguntou para mim “qual é o seu nome?” Eu falei: “T2” e ela falou “não esse, o outro nome”. Aí eu me levantei lá do fundo, vim aqui e falei “Meu nome é T2” e botei um “A” maiúsculo. Sai da sala e não quis mais voltar. Fiz a disciplina à noite com outra professora. Eu fazia o curso todo de manhã, menos essa disciplina (T2).

Na UFSC quiseram me negar o direito ao nome social, inclusive uma professora do serviço social. Ela botou o dedo na minha cara e disse “jamais eu vou te tratar pelo seu nome social”. Teve colegas que faziam questão de bater o pé e demonstrar que não gostavam da minha presença lá. Professores que ignoraram o que eu falava em sala de aula, principalmente no Serviço Social, tipo, eu contava um episódio a respeito de acolhimento da população trans lá, daí a professora: “tá, então, seguindo a aula ...”. A tá, eu interrompi. Entendeu? (T1).

Logo, é possível identificarmos nas narrativas, bem como na literatura levantada, o quão hostil pode ser o ambiente escolar para a população T feminina, não somente na educação básica, como também no ensino superior. Tornando-se, conseqüentemente, uma trajetória extremamente dificultosa e que pode deixar marcas físicas e psicológicas.

5.5 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E O ESTIGMA DA AIDS

À partir das entrevistas realizadas, foi possível detectar em suas narrativas como a violência psicológica se fez e se faz presente na vida da população T feminina. Mas o que é violência psicológica? Segundo o Ministério da Saúde, violência psicológica é: “toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 2001, p. 20), logo, enquadra-se neste contexto tentativas de humilhação, insultos, ridicularização, entre outras práticas.

Neste sentido, uma pesquisa realizada com transexuais e travestis no estado de Santa Catarina apresentou dados quantitativos sobre as violências vividas pela população T, a saber: 87% relatam ter sofrido algum tipo de discriminação; 76% sofreram violência psicológica; 62% violência física; 43% violência institucional; 39% negligência; 30% violência sexual; 21% abuso financeiro; 9% tortura; 7% trabalho escravo; 4% tráfico de pessoas; 3% exploração infantil (Bruna BONASSI et al., 2015).

Os dados chamam atenção, sobretudo, pelo fato de a esmagadora maioria das sujeitas já terem sofrido discriminação e violência psicológica. Neste sentido, as pesquisadoras buscaram qualificar melhor as violências psicológicas através de um questionário, onde podiam marcar mais de uma resposta. As sujeitas da pesquisa detalharam e identificaram os subtipos das violências psicológicas e os destaques são: humilhação 68%; ameaça 56%; hostilização 55%; injúria/difamação/calúnia 54%;

perseguição 36%; chantagem 26%; não responderam e/ou não se aplica 19% (BONASSI et al., 2015).

Outro artigo que aborda situações de violência contra transexuais e travestis em um município do nordeste brasileiro retrata a violência verbal, física, psicológica, sexual e negligência com algo naturalizado na vida dessa população. Destaca, igualmente, a frequência das violências psicológica e verbal, tornando-se estas constantes no cotidiano das transexuais e travestis. Sugere, portanto, uma cristalização da violência, bem como a banalização da mesma por parte da sociedade. (Glauber SILVA et al., 2016)

Durante as narrativas, foi possível identificar uma unanimidade no que se refere à discriminação sofrida pelas participantes, particularmente em relação ao HIV/AIDS. As participantes relataram ter passado ou conhecer amigas transexuais ou travestis que passaram diversas violências psicológicas e injúrias por familiares, amigos e sociedade:

Eu sofri violência de um tio, de um primo, na verdade. É um primo que é casado com a minha prima, nem primo ele é. Um dia meus pais estavam no churrasco, numa reunião de família, eu não estava presente e daí ele fez uma brincadeira dizendo que eu era o poço de AIDS da família, e não tinha nada a ver com a questão de sexualidade ou da minha sorologia, porque ele nem sabe minha sorologia, mas ele falou pelo fato de eu ser uma travesti, que agora já tem o poço de AIDS da família, “brincando”. Ele falou na frente dos meus pais, que se sentiram constrangidos, mas não falaram nada. E isso é muito legal, porque é o mesmo primo que o ano passado me pediu ajuda para poder vir para Santa Catarina (T1).

Uma das violências que eu sofri foi quando eu caí no hospital, bem no começo do surgimento do HIV. Eu ainda não tinha o HIV, eu caí no hospital por causa de um excesso de hormônio, fiquei dois meses internada. E aí surgiu o boato, lá na rua onde eu moro, que eu tinha o HIV. Eu nem tinha, mas naquela época o HIV era a doença dos gays, né, aí eu percebi que aonde eu ia, as pessoas se afastavam de mim e me olhavam como se eu fosse um bicho, porque naquela época ter AIDS, era... tinha um outro olhar, tanto que eu andava na rua e as pessoas gritavam “ó o caminhão da AIDS” (T3).

Muitas mulheres morrem por causa da violência familiar e muitos homens por causa da criminalidade, tráfico de drogas e o trânsito. A questão transexual é que elas são mortas nas ruas, por seus maridos, pela sua família, pelas doenças que se pega pela sua vida sexual, seja pela prostituição ou falta de orientação... aí já fica com o HIV ou sífilis. Aí bota silicone e morre de falência múltipla dos órgãos, ou HIV, que o índice de CD4 tá com uma carga viral altíssima e a bicha vai lá, se entope de hormônio, daqui a pouco cai dura para trás porque a imunidade foi lá embaixo, ou recebe uma carga de retroviral e o corpo não aceita, entendeu? Já perdi várias amigas assim, que estavam enormes, lindas, daqui a pouco você vai ver a bicha tá morta, quer dizer, elas estão hormonizadas, mas... (T2)

O fato de muitas transexuais e travestis estarem inseridas no mercado da prostituição, 90% da população T feminina para ser mais exato, conforme dados da ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019), e utilizarem a prostituição como forma de renda é resultado do processo de exclusão em diversos âmbitos, sobretudo, familiar e escolar e as colocam como potenciais portadoras do vírus do HIV pela visão da sociedade:

Este comportamento da sociedade é constantemente reforçado pelas representações preconceituosas que o senso comum detém da imagem da prostituta e estão relacionadas aos comportamentos considerados como imorais pela sociedade (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 19).

Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2009) mostra que a maioria dos homens que saem frequentemente com travestis, os “T-Lovers”¹¹, acreditam que a prevenção deve partir das travestis, uma vez que elas são as profissionais do sexo. Acreditam, também, que se eles estiverem na posição de “ativos” as chances de se contaminarem são baixas. Estes pensamentos permanecem atravessando os discursos, culpabilizam e colocam a população T feminina, profissionais do sexo, como únicas responsáveis pela disseminação do vírus, ou como Simone Monteiro (2002) chama de “hierarquização do risco”.

Enquanto a sociedade ainda associa a transexualidade/travestilidade ao vírus HIV ou AIDS, a participante T3 usa de sua experiência como forma de alertar outras meninas:

Geralmente, eu uso a doença que eu tenho perante algumas meninas, quando elas vem dizer que não querem fazer o exame de HIV, porque elas têm medo e bota um monte de coisa na cabeça, eu falo: “tem que fazer, porque se você não tem, beleza, agora se você tem, vai se cuidar, vai tomar um caminho”. Eu tenho a mais de uma década e estou viva, porque me cuido, faço tratamento, tá entendendo? Passei uma fase que quase morri, quase morri, porque eu peguei uma época difícil. Hoje em dia, só dois comprimidinhos ... Era forte, imagina, Cazuza, tudo isso, morreram na minha frente e eu tô aqui linda. Então, só falo isso para botar as meninas para cima, para ela se cuidar, porque se não for para isso, nem falo, porque a gente sabe que esse mundo é podre! Já espalharam isso, já até picharam na parede “T3 HIV e etc e tal” (T3).

¹¹ T-Lovers é um termo utilizado para se referir à homens que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com a população T feminina.

A partir dos dados levantados, foi possível identificar nas narrativas que a população T feminina sofre com as diferentes formas que a violência psicológica pode se manifestar. Ao encarar sua identidade de gênero, esta população se torna alvo de diversos ataques e, parece ser predestinada pela sociedade à determinadas condições de saúde. Contudo, para sobreviver no país do transfeminício, há de se preparar e enfrentar o preconceito e a discriminação.

6 “ÀS VEZES ME FAÇO DE LOUCA”: ESTRATÉGIAS PARA EVITAR A VIOLÊNCIA E PERSPECTIVAS DO FUTURO

Diante de tantas formas de exclusão e de violências vividas pela população T feminina, em diversos setores da sociedade, é de extrema importância destacar neste trabalho as estratégias das entrevistadas, durante suas vidas e até hoje, para tentarem driblar a violência e permanecerem vivas, sem figurar nas estatísticas:

Às vezes eu me faço de louca, principalmente se eu tiver com fone de ouvido. Pode estar desligado o fone de ouvido, mas eu ligo foda-se, é um bom escudo, é uma boa armadura, né? Ele é maravilhoso. E querendo ou não as minhas escolhas são uma própria defesa. Eu não saio, por exemplo, com decotão, eu não saio provocante, entende? Por eu não gostar mesmo, eu só faço isso na noite, porque quando eu vou tocar é uma personagem que está indo tocar, não necessariamente sou eu, como aqui na ADEH atendendo as pessoas e as pessoas não criticam muito pela roupa quando estou trabalhando à noite (T1).

Eu era muito valentona, se falasse alguma coisa, já tacava bolsa na tua cara, então, isso foi bom, foi uma experiência para que eu acordasse. Se eu visse que tu estava mexendo comigo, eu ia para cima, não ficava quieta, e naquela época parece que eles tinham medo da gente, eles tinham medo, hoje, não, né, hoje eles até matam você ... Então, algumas ocasiões me serviram de lição pra parar de ser valentona ... De ficar batendo boca com os outros. Por isso que eu tô viva até hoje. Porque eu fico quieta (T3).

Ainda sobre o contexto de estratégia de prevenção à violência, gostaria de destacar um trecho da narrativa que me chamou muito atenção: “Mas assim, eu ainda tenho uma questão de orgulho que me preocupa, porque se eu tô sem o fone, eu compro a briga, não abaixo a cabeça” (T1). Então, perguntei se esse orgulho estava relacionado à sensação de se calar diante do preconceito, e a participante respondeu: “A gente não deve se calar, esse é o problema, mas a gente também não deve morrer” (T1).

Ademais, destaco, ainda, termos e situações que surgiram em mais de uma narrativa, no sentido de sensação de aceitação por parte da sociedade.

A passabilidade é tudo, até porque as pessoas pensam que quando retificar o nome, as coisas vão ficar mais fáceis, mas não vão. Tu tem que ter passibilidade, desculpa, mas é verdade, se tu tens o nome de registro, mas a tua aparência não é feminina ... tu não vai conseguir emprego, vão te barrar, tá entendendo? Agora se tu já tem essa passibilidade, como meu marido, ele trabalha e ninguém sabe que ele é trans, algumas pessoas sabem, outras não sabem, porque ele é passável (T3).

Eu, por exemplo, não me considero tão feminina quanto muitas outras travestis, porque eu ainda tenho características, movimentos muito bruscos, digamos, assim, mas quando eu chegava assim para um acesso, alguma coisa, eu tentava performatizar o mais feminina possível, porque senão eu não ia ter acesso, então, fazia muito isso. Da mesma forma que eu posso dizer que eu tacava o foda-se, se eu tiver que miar na frente do médico porque eu preciso acertar um negócio, eu vou fazer, porque não adianta eu ir lá e esfregar a lei na cara da pessoa, porque a pessoa pode dizer que não quer aceitar (T1).

Ambas narrativas enfatizam o fato de que, quanto mais você conseguir performar uma mulher ou homem (no caso do marido da participante) para a sociedade, mais “passabilidade” você tem, logo, menos chances de sofrer violência (Judith BUTLER, 1994). Tais dados nos fazem refletir sobre o quanto a sociedade impõe a binaridade de gênero, independentemente da orientação sexual: faça o possível para parecer um homem, ou parecer uma mulher, pois, qualquer traço que te desvie disso, te colocará em perigo.

No que tange às perspectivas do futuro, ressalto a preocupação, sobretudo, pelo momento histórico, social e econômico que o Brasil está passando:

Não tenho a mínima ideia, eu não sei se vou me aposentar, porque a gente sabe que ninguém vai se aposentar, então, não consigo pensar nessa possibilidade. Não consigo pensar na possibilidade de uma segurança social, até porque se eu não trabalho no fim de semana, eu não como no dia de semana, e eu não vou estar com setenta anos tocando, né, e é aonde eu tiro minha renda. Porque o serviço social não me aceita, é muito louco pensar isso... Eu quero abrir uma produtora de festas, eventos e música, eu vou fazer isso um dia, é isso que eu gosto (T1).

É muito complicado, porque, ou através de concurso público, ou tu monta teu próprio negócio com capital, quem tem o dinheiro, porque se for depender do privado, do mercado privado, de farmácia, de mercado, até de faxineira, de empregada doméstica é muito complicado para transexual. Sobretudo hoje, com toda essa crise, né? Já está difícil para as pessoas que se dizem comum socialmente, imagina para transexuais ... E meu projeto agora é passar no concurso na prefeitura para assistente social e fazer mestrado depois (T2).

Então, o que eu mais queria na minha vida, eu já tenho, minha saúde, graças a Deus. Tenho a minha casa. Já morei muitos anos em barraco e hoje eu tenho minha casa. Tenho meu carrinho, que a gente comprou, eu e ele. Eu não sou uma pessoa muito ambiciosa, eu só tenho medo de futuramente ficar sem dinheiro e não ter alguém que cuide de mim na minha velhice. É o meu maior medo (T3).

Como foi possível identificar, sobretudo nas narrativas levantadas, a população T feminina recorre à diferentes estratégias ao longo da vida para tentar driblar o preconceito e a discriminação. Ao afirmarem sua identidade trans/travesti

perante à sociedade, muitas portas são fechadas. O caminho é dificultoso e o futuro é incerto. Contudo, viver o que os outros querem que você viva, e agir como os outros esperam que você aja, deve ser, absolutamente, aterrorizante, pois é preciso ser o que é!

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam para a amplitude de vulnerabilidades que a população T feminina estão sujeitas ao longo da vida. A dificuldade em identificar participantes que tivessem 35 anos ou mais para a participação na pesquisa pode indicar aspectos dessa vulnerabilidade e não apenas dificuldades em localizar a população T feminina nessa faixa etária.

Nesse sentido, as narrativas explicitam o quão presente se faz a violência na vida das sujeitas. As batalhas, muitas vezes, começam quando elas se percebem diferentes daquilo que a sociedade espera que elas fossem. Isso porque, quando nascemos, somos inseridos em diferentes contextos sociais que não escolhemos. E, o fato de vivermos em uma sociedade ocidental moderna que tem como referência o padrão heteronormativo complexifica, quando não inibe, o processo de reconhecimento e de tomada de posição dos indivíduos que não se integram em tais referências.

Na grande maioria dos casos, as resistências e entraves começam no próprio lar, não sendo diferente com as sujeitas da pesquisa. Sim, aquele lugar onde, teoricamente, a maioria da população encontra refúgio para as adversidades da vida é o primeiro lugar a estranhar, confrontar e até mesmo excluir essa população. Os embates se tornaram maiores se considerarmos que as entrevistadas eram jovens e dependentes financeiramente quando decidiram começar a transição, o que denota mais ainda a certeza de saberem quem são. Contudo, para a família, compreender este processo foi doloroso, resultando em brigas, mágoas e até o rompimento total dos vínculos familiares.

Na escola não foi muito diferente, quando crianças já chamavam atenção mesmo sem querer. Conviveram com o *bullying*, a solidão ou, ainda, foram colocadas em situações constrangedoras, muitas vezes, não compreendendo porque isso estava acontecendo. Na adolescência, houve necessidade de refazerem seu ciclo de amizades por conta do preconceito.

Esses dois fatores: família e escola, que são os lugares onde convivemos e crescemos, deveriam, constitucionalmente, ser um lugar de acolhimento, entretanto, na vida desta população acaba se tornando lugares cheios de conflitos e exclusão. Com isso, aumentam as chances de desestabilidade social, financeira e psicológica.

A busca em modificar o corpo, por uso de hormônios e/ou cirurgias plásticas, foi naturalizada como tentativa de “adequar” a mente ao físico. Contudo, as narrativas apontaram para as dificuldades e perigos destes processos. A busca pelo corpo feminino, somada à falta de informação sobre terapia hormonal, acabou resultando em diversas complicações na saúde das sujeitas, algumas dessas complicações irreversíveis, até mesmo com risco de morte.

A grande maioria da população T feminina acaba tendo a prostituição como forma de sustento em algum momento de suas vidas, logo, essa busca pela “adequação” corporal pode estar ligada, também, ao trabalho, como ocorreu com duas das entrevistadas, que foram trabalhadoras do sexo. Trabalhar com a prostituição acabou trazendo maiores riscos à exposição de situações de violência, além de saberem que, diferentemente das trabalhadoras com vínculos formais, não teriam um “seguro social” na velhice.

Considerando as experiências de vida das sujeitas, projeta-se significativamente o fato de duas entrevistadas conseguirem se formar no Ensino Superior, cursando Serviço Social na UFSC, ainda que os processos de exclusão se fizeram presentes. O que deveria ser motivo de alegria, já que estas ultrapassaram a estatística cruel sobre a população T, tornou-se mais um lugar de enfrentamento à discriminação e preconceito, pois sofreram violações institucionais e de professores, que lhe negavam a identidade de gênero das mesmas. Comprovaram, com isso, que o discurso e a prática conservadora da profissão não ficou na história e pode, ainda, se fazer presente em diferentes instituições. Ou seja, o fato de perverterem as estatísticas e de superarem as expectativas sociais não lhes assegurou um lugar de respeito e reconhecimento da condição cidadã, mas ampliou seus desafios e trouxe outras estratégias para lidar com as violências cotidianas.

Por fim, a pesquisa leva à direção de o quanto as normas de gênero impostas historicamente pela sociedade interferem diretamente na vida das pessoas, particularmente, daquelas que ousam “mudá-las”, sobretudo, no que se refere à desconstrução da binaridade de gênero: “homem x mulher”. Os estudos apontam para índices de violência ainda maiores quando se trata de travestis, justamente, pelo fato delas não se enquadrarem nesta binaridade.

REFERÊNCIAS

ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**, 2010.

ANTUNES, Pedro P. S. **Travestis Envelhecem?** 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Letícia. **Transexualidade**: dos transtornos às experiências singulares. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (10., 2011, Curitiba). **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011.

BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n.14, p.352-379, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872013000200016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 11 nov. 2019

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENEVIDES, Bruna. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos>>. Acesso em: 22 out. 2019.

_____; NOGUEIRA, Sayonara N.B. (orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>>. Acesso em: 22 out. 2019

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Brasil: o país do transfeminicídio. **Revista Fórum**, Santos, 9 jul. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-pais-transfeminicidio/>>. Acesso em 07/11/2019.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 1a. ed., v.1, 2008.

_____; PELUCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.20, n.2, p. 569-581, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000200017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 11 nov. 2019.

BONASSI, Bruna C. et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, v.17, n.3, p.83-98, 2015. Disponível em: <<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al>>. Acesso em: 30 out. 2019

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 65, de 13 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Diário Oficial da União (DOU), n.48, seção 1, p.3, Brasília, DF, 13 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n.º 196, de 10 de outubro de 1996**. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial da União (DOU), Brasília, DF, 10 out. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Secretaria de Políticas da Saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Violência LGBTFóbicas no Brasil**: dados da violência. Documento eletrônico – Elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva, Secretaria Nacional de Cidadania, Brasília: 2018. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia/view>>. Acesso em 10 nov. 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151- 172.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.

CAMARGO, Clímene Laura. Violência física familiar contra crianças e adolescentes: um recorte localizado. 1996. 235 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Materno-Infantil, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-14032018-103844/pt-br.php>>. Acesso em Acesso em 10 nov. 2019.

CARRARA, S.; VIANNA, A. “Tá lá um corpo estendido no chão”: violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.233-249, 2006.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas.

Cadernos Pagu, Campinas, n.52, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 nov. 2019.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. Conselho Federal de Serviço Social, 9 ed. rev. e atual, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em 11 nov. 2019.

CHAVES, Antônio. **Direito à vida e ao próprio corpo: intersexualidade, transexualidade, transplantes**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.140-144, 1994.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CNDC/LGBT - CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Resolução n.º 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Diário Oficial da União (DOU), n.48, seção 1, p.3, Brasília, DF, 12 mar. 2015.

DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>>. Acesso em 26/10/2019

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.25, suppl.1, p.9-21, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 nov. 2019.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, suppl.1, p.S146-S155, 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 nov. 2019.

HEISE, Lori, **Violence Against Women: The Hidden Health Burden**. Relatório Preparado para o Banco Mundial, 1994 (Mimeo.) (Manuscrito publicado sob o mesmo título, na série World Bank Discussion Papers 255, Washington, D.C.: World Bank, 1994)

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v.19, n.2, p.17-23, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 out. 2019.

MARTENDAL, Laura. **Experiência(S) Profissionais(S)? Relato de mulheres transexuais**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Centro Socioeconômico, Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. In: _____. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro: CLAMUERJ, n.1, p.25-157, 2009.

MONTEIRO, Simone. **Qual prevenção?** - Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2002.

PERES, William Siqueira. Travestis, escola e processos de subjetivação. **Instrumento**: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v.12, n.2, p.57-65 (Edição especial: Gênero, Sexualidade e Educação), 2010.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.10, n.1, p.193-198, jan./jul. 2011.

RIOS, R.R.; PIOVESAN, F. A discriminação por gênero e por orientação sexual. **Série Cadernos do CEJ**, v.24, p.154-175, 2003. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/693_609_riosroger.pdf>. Acesso em 12 nov. 2019.

SACRAMENTO, Livia T., REZENDE, Manuel M. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, Canoas, n.24, p.95-104, jul./dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 nov. 2019.

SANTIAGO, H. O corpo transgênero: desconforto, adequação e subversão do sexo através do *queer porn*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, v.10, p.1-10, 2013.

SANTOS, Aílton. Transexualidade e travestilidade: Conjunções e disjunções. In: COELHO, M.T.A.D; SAMPAIO, L.L.P (orgs). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, p.79-100, 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares (org.). **Democracia, Violência e Lutas Sociais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SILVA, Glauber W.S. et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.37, n.2, 2016.

SQUIRE, Corinne. O que é narrativa?. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v.14, n.2, p.272-284, mai/ago. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17148>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

STOLLER, Robert J. **Masculinidade e feminilidade**: apresentações do gênero. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 284p.

TEMPORALIS - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, Graffline, Ano 2, n.3, jan./jul. 2001

VENTURA, Mirian; BUGLIONE, Samantha. O Direito à Singularidade: a Questão da Transexualidade. In: BUGLIONE, Samantha; VENTURA, Miriam (Orgs). **Direito à Reprodução e à Sexualidade**: Uma Questão de Ética e Justiça. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro, p.23-40, 2010.

VINUTO, J.A. Amostragem em bola de neve a pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas** (UNICAMP), v.22, p. 203-220, 2014

APÊNDICE A – Roteiro Entrevista 1

Narrativas da população T sobre violências de gênero e expectativa de vida

I- IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Nome (fictício): _____
- 1.2. Gênero: _____
- 1.3. Orientação sexual: _____
- 1.4. Idade: _____
- 1.5. Escolaridade: _____
- 1.6. Auto denominação da cor de pele _____
- 1.7. Relacionamento afetivo (namoro, casamento, companheiro/a): _____
- 1.8. Filho(s)/a(s) (biológico/adotivo): _____
- 1.9. Local de moradia (bairro/cidade): _____
- 1.10. Profissão/ ocupação: _____
- 1.11. Renda aproximada: _____
- 1.12. Usuária de benefício social do governo. () Sim () Não.
Qual(is): _____

II- PROCESSO DE “RECONHECIMENTO” DA IDENTIDADE DE GÊNERO

- 2.1. Momento em que se reconheceu como pessoa trans/travesti (idade, situação, pessoa(s) que contribuíram para tal reconhecimento).
 - 2.1.2. Situações familiares vividas relacionadas ao processo de reconhecimento como pessoa trans.
 - 2.1.3. Dificuldades vividas nesse momento (características das dificuldades; situe a família; rede de amigos/as; rede profissional).
- 2.2. Situações vividas na infância e na adolescência relacionadas à identidade de gênero.
- 2.3. Situações vividas na escola relacionadas à identidade de gênero.
- 2.4. Situações vividas no espaço público relacionadas à identidade de gênero.

III- PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO

- 3.1. Momento de vida em que iniciou seu processo de transição de gênero.
- 3.2. “Adequações” corporais realizadas.
- 3.3. Situações vividas em função das “adequações” corporais.
- 3.4. Dificuldades oriundas das “adequações” corporais (familiares; acesso à políticas públicas; profissional; financeiras ...).

IV- VIOLÊNCIAS VIVIDAS

- 4.1. Primeira violência vivida e em que momento.
- 4.2. Última violência vivida e em que momento.
- 4.3. Tipos de violência vividos.
- 4.4. Momento de vida onde as violências se fizeram mais presentes e por que.
- 4.5. Violências vividas na família.
- 4.6. Violências vividas na escola.
- 4.7. Violências vividas no trabalho.
- 4.8. Violências vividas no espaço público.
- 4.9. Violências vividas nas relações afetivas.
- 4.10. Lugares que proporcionavam sentimento de inclusão.
- 4.11. Lugares em que se sentia segura.

4.12. Ações realizadas quando sentia-se violentada.

4.13. Estratégias utilizadas para prevenção da violência ao longo da vida.

V-PERSPECTIVAS DO FUTURO

5.1. Relação entre idade adulta e segurança em termos das violências vividas.

5.2. Dificuldades da idade adulta.

5.3. Projetos futuros.